



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Monografia

O cotidiano como fonte e desaguadouro da intervenção
do Assistente Social

Júlia de Souza Costa

Mariana, 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Júlia de Souza Costa

O cotidiano como fonte e desaguadouro da intervenção
do Assistente Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito à obtenção de diploma acadêmico.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador: Prof. Dr. André Mayer

Mariana, 2018

Catálogo na fonte elaborada pelo bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. 1407

C837c Costa, Júlia de Souza
O cotidiano como fonte e desaguadouro da intervenção
do assistente social [recurso eletrônico] / Júlia
de Souza Costa.-Mariana, MG, 2018.
1 CD-ROM; (4 3/4 pol.).

TCC (graduação em Serviço Social) - Universidade
Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018

1. Produção capitalista - Teses. 2. MEM. 3. Mediação
- Teses. 4. Monografia. 5. Política social - Mariana
- MG - Teses. 6. Serviço social - Teses. I.Mayer,
André Luiz Monteiro. II.Universidade Federal de Ouro
Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas -
Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço
Social. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 364.4
: 15
: 1419761

“O COTIDIANO COMO FONTE E DESAGUADOURO DA INTERVENÇÃO DO
ASSISTENTE SOCIAL”

JÚLIA DE SOUZA COSTA

ORIENTADOR (A): PROF. DR ANDRÉ MAYER

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto - UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

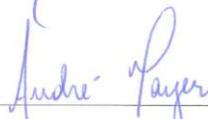
Aprovado em: _06_ / _02_ / _2018_



PROFA Dra. KATHIUÇA BERTOLLO



PROF. DR. ALEXANDRE A. ARBIA



PROF. DR. ANDRÉ MAYER

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a importância da contribuição da teoria social crítica do cotidiano no trabalho do assistente social, e, em específico, deste profissional inserido na Equipe Volante CRAS\Distritos do município de Mariana. Foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto após a realização do primeiro estágio curricular, que é destinado à observação do campo. Na parte teórica da pesquisa primeiramente se tem uma abordagem sobre o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista, da Política de Assistência Social brasileira, em particular, da Proteção Social Básica, onde o serviço da equipe volante é exercido e também uma abordagem sobre a teoria do cotidiano, explanando as suas principais categorias, e ligando-a ao método dialético para melhor compreender a realidade. Por fim, tem –se uma apresentação da Equipe Volante CRAS\Distritos e do cotidiano do trabalho social realizado no cotidiano do serviço e uma pequena análise desse cotidiano fundamentada na teoria social crítica.

Palavras chaves: Modo de Produção Capitalista, cotidiano, totalidade, mediação, intervenção, Política Social, Proteção Social Básica, Equipe Volante, Serviço Social.

Abstract

This research aims to understand the importance of the contribution of critical social theory of everyday life in the work of the social worker, and in particular, this professional inserted in the Steering Team CRAS \ Districts of the municipality of Mariana. A bibliographical research was done on the subject after the first curricular internship, which is aimed at field observation. In the theoretical part of the research we first have an approach on the development of the Capitalist Production Mode, the Brazilian Social Assistance Policy, in particular, Basic Social Protection, where the service of the flying team is exercised and also an approach on the theory of explaining its main categories, and linking it to the dialectical method to better understand reality. Finally, there is a presentation of the Steering Team CRAS \ Districts and the daily social work carried out in the daily life of the service and a small analysis of this daily life based on critical social theory.

Key words: Capitalist Production Mode, daily, totality, mediation, intervention, Social Policy, Basic Social Protection, Steering Team, Social Service.

Sumário

Introdução.....	08
Capítulo I: O cotidiano na sociedade capitalista	11
1.1 Modo de Produção Capitalista: processo de produção material \ processo de relação social.....	11
1.1.1 Trabalho, categoria fundante do ser social	17
1.1.2 Capitalismo: Produção de riqueza proporcional à produção de pobreza. Refrações da “questão social” no cotidiano da classe trabalhadora	20
1.1.3 Reificação e alienação: categorias sociais inerentes à sociedade capitalista.....	30
1.2 Teoria social crítica sobre o cotidiano	37
1.2.1 Categorias ontológicas centrais do cotidiano.....	43
Capítulo II A cotidianidade do assistente social na execução da Política de Assistência Social.....	51
2.1 Política de Assistência Social brasileira a partir da década de 1990.....	51
2.1.1 Política de Proteção Social: forma de intervenção do Estado sobre as refrações da “questão social”.....	58
2.1.2 Política de Assistência Social pós-Constituição Federal de 1988 e o Serviço Social	63
2.1.3 Política de Proteção Social Básica – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – Equipe Volante.....	66
2.2 O cotidiano como fonte e desaguadouro da intervenção do assistente social....	73
2.3 Apresentação do cotidiano do trabalho social realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Equipe Volante – Distritos Mariana – Contribuições da teoria do cotidiano para o desenvolvimento do trabalho Social com as famílias dos Distritos de Mariana	77
Conclusão	83
Referência Bibliográfica	85

Introdução

A teoria social crítica sobre o cotidiano tem muito a contribuir para a compreensão dos fenômenos sociais que aparecem no cotidiano de trabalho do assistente social. Os usuários dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica, realizados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), apresentam suas demandas ao profissional como fatos\problemas singulares e cabe a ele, por meio do uso da teoria do cotidiano ultrapassar a aparência do fenômeno e compreender a sua essência, com o intuito de realizar uma intervenção que não fique numa ação imediata, mas que abra caminhos possíveis para uma mudança efetiva na vida dos usuários.

O tema desta pesquisa surgiu no decorrer do meu estágio curricular, embora tenha ocorrido apenas no primeiro semestre de estágio neste setor, ficou a inquietação de compreender como a teoria social crítica do cotidiano poderia contribuir para uma intervenção que não ficasse apenas no atendimento imediato das demandas dos usuários.

A compreensão da dinâmica do Modo de Produção Capitalista (MPC) em busca da mais-valia, as metamorfoses pelas quais passa sem, contudo, mudar o seu conteúdo, e também das conseqüências disso na vida da classe trabalhadora, a incidência das refrações da “questão social” no cotidiano da vida de quem vende a sua força de trabalho, bem como as mudanças do papel do Estado em suas funções sociais para garantir esse transformação do capital, são pré-requisitos fundamentais para o uso da teoria do cotidiano no trabalho social dos assistentes sociais.

Assim, o primeiro capítulo apresenta um breve panorama histórico do MPC e sua hegemonia em todos os cantos do planeta na atualidade. Apresenta também as principais determinações que lhe dão forma e conteúdo específico e categorias sociais, como o trabalho, que auxiliam na sua compreensão. Um sistema econômico de produção de mercadorias e também de produção de relações sociais, fundamentada na exploração da força de trabalho do operário pelo capitalista em busca da produção de mais-valia. Uma relação social de produção onde o aumento da produção da riqueza produz proporcionalmente o aumento da pobreza, ou seja, o

trabalho na ordem do capital produz a mercadoria para o capitalista e as refrações da “questão social” para a classe trabalhadora.

O capital é valor que precisa se valorizar, é a lei geral da acumulação capitalista, e ao longo do seu desenvolvimento vai executando várias medidas para manter a sua extração de mais-valia alta. Hoje, na contemporaneidade, o capital tem realizado medidas substanciais sobre o mundo do trabalho sob a égide da política neoliberal, com a reestruturação produtiva e sob o mando do capital financeiro, dando um novo formato para as refrações da “questão social” e do processo de alienação do ser social, que é a reificação.

O MPC, como também é relação social de produção, tem a sua dinâmica materializada no cotidiano de vida das pessoas, e a teoria social crítica de Lukács possibilita, a partir das categorias do cotidiano e da rede de mediações que articulam os fatos, a compreensão dessa dinâmica no dia a dia do ser social e também na forma como se pode superá-la, ao se compreender as categorias da totalidade e da mediação, e buscar desenvolver ações homogeneizadoras que levarão o ser social a sentir-se integrante do gênero humano.

O segundo capítulo tratará sobre a Política de Assistência Social brasileira a partir da década de 1990 e do arcabouço legal que fundamenta a sua operacionalidade no território, abordando também a questão sobre o desmonte desta política, que embora tenha o amparo legal da Constituição Federal de 1988, CF\88, que deu à assistência um caráter de direito de cidadania, vem sofrendo grandes perdas com as determinações da política neoliberal para a forma como as políticas públicas sociais devem ser elaboradas.

A assistência social, como política pública, é executada a partir dos princípios constitucionais e de outros textos legais que lhe confere sistematização das suas ações em âmbito nacional, sendo executada pelos municípios. Assim temos além da CF\88, a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, LOAS\93, a Política Nacional de Assistência Social de 2004, PNAS\04, o Sistema Único de Assistência Social de 2005, SUAS\05, e as Normas Operacionais Básicas de 2005, NOB-SUAS\05. Sendo que a PNAS dividiu a assistência social em dois níveis de atenção, a Proteção Social Básica, PSB, e a Proteção Social Especial, PSE, de média e alta

complexidade, tendo cada política um equipamento para executar as suas ações. Os serviços socioassistenciais da PSB são ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social, CRAS, e os da PSE nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social, CREAS.

Os serviços socioassistenciais desenvolvidos no CRAS visam a promoção social e a prevenção de ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social. Sendo suas unidades instaladas em localidades onde a incidência dessas situações é maior. Para os locais com especificidades físico-espaciais como espaçamento populacional ou dificuldade de acesso, a PNAS estabelece a formação de uma equipe volante para levar a política até esses lugares.

Na última parte desse capítulo faz-se uma apresentação do trabalho social desenvolvido com as famílias referenciadas ao CRAS Equipe Volante - Distritos da cidade de Mariana e uma pequena análise, a partir da teoria social crítica do cotidiano, da realidade institucional e do trabalho realizado pela assistente social que supervisionou o estágio.

Cap. 1 O cotidiano na sociedade capitalista

1.1 Modo de Produção Capitalista: processo de produção material da vida\processo de relação social

O Modo de Produção Capitalista (MPC) configura-se como um sistema sóciometabólico a aproximadamente 200 anos e na contemporaneidade é um sistema predominante em todo o mundo, configurando-se, de acordo com Netto(2006, p,95) como um "sistema planetário". Este sistema econômico apresenta peculiaridades estruturais que o dão forma e conteúdo específicos, não somente quanto ao processo produtivo dos bens necessários para reprodução da sociedade, mas também quanto às relações sociais mantidas neste processo e que também dão um formato ao modo de existência do ser social na sociedade capitalista.

Em todos os modos de produção que existiram na sociedade pode-se observar a existência de dois pontos em comum. O primeiro diz respeito às leis de desenvolvimento que regem a atividade econômica e, por conseguinte, a vida social. Elas acontecem de forma objetiva, sem que os homens tenham consciência e juízo de valor sobre elas e, também, possuem um caráter tendencial, operando como tendências que podem coexistir com contratendências "... por outras leis ou por intervenções conscientes dos homens" (NETTO, 2006, p.61), e também, elas têm um tempo limitado de existência não são supra-históricas, "cada época histórica, marcada pelo modo de produção nela dominante, tem suas próprias leis de desenvolvimento." (NETTO, 2006, p.61).

As leis de desenvolvimento econômico-sociais também sofrem interferência com a divergência entre as forças produtivas e as relações de produção abrindo-se a possibilidade de transformação estrutural da atividade econômica predominante. "Quando a dinâmica das forças produtivas entra em contratendencia com as relações de produção e estas se tornam um freio para o

desenvolvimento das forças produtivas, o modo de produção pode ser implodido” (NETTO, 2000, p.62)

Fazendo um movimento histórico das atividades econômicas pode-se observar que a produção de um bem que irá satisfazer a necessidade do homem envolve a produção da matéria externa e o seu consumo, como também que, ao comparar aquelas atividades que precederam o modo de produção capitalista, observa-se que com o surgimento do excedente econômico, a partir do aumento da produtividade do trabalho, as determinações estruturais deste modo de produção se materializaram. A primeira foi a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, a segunda foi a divisão social e técnica do trabalho e a terceira foi a exploração da força de trabalho por meio do pagamento em salário.

Isto se deu porque as relações sociais de produção e o desenvolvimento das técnicas de produção que propiciaram o aumento da produtividade do trabalho não se correspondiam mais. No feudalismo, sociedade cuja atividade econômica precedeu o capital, as relações sociais mantidas no seu modo de produção estavam sendo um entrave para o desenvolvimento tecnológico e científico que estavam acontecendo, e, também para os interesses da nova classe que surgia, a burguesia, bem como a política regida pelo Estado absolutista.

Com a crise do sistema feudal, entre os séculos XVII e XVIII, a burguesia liderou um processo revolucionário sob o domínio no terreno das idéias a partir da Reforma Protestante e da Ilustração que culminou, na abertura do século XIX, na derrubada do Antigo Regime e a criação do Estado burguês. Esta nova classe elaborou uma superestrutura, o exército, a polícia, a burocracia, compatíveis para o desenvolvimento da estrutura econômica que se gestou no seio do antigo regime, o modo de produção capitalista - MPC.

No centro do MPC está a mercadoria, tanto o é, que Marx a considerou como sendo a célula fundamental da sociedade capitalista. A mercadoria é um objeto externo ao ser social, produzido para satisfazer suas necessidades, sejam elas de origem material ou espiritual, ela possui uma propriedade que lhes conferem uma utilidade, e isto faz dela um valor de uso. Mas duas são as peculiaridades da produção capitalista, a primeira é que a esse valor de uso pode ser reproduzido e a segunda é que a mercadoria possui um valor de troca. Ao valor de uso vincula-se na mercadoria outro valor que lhe confere a faculdade de ser

trocada, **“a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca”** (NETTO, 2006, p.80).

Para a produção de mercadorias é necessário a articulação de duas categorias sociais.

(...) A primeira diz respeito à existência, mesmo que incipiente, de divisão social do trabalho: para que se produzam diferentes mercadorias (ânforas, tecidos etc.), é preciso que o trabalho esteja de algum modo repartido entre diferentes homens (ou diferentes grupos de homens). Mas essa condição necessária, não é suficiente para a produção de mercadorias: ela deve se articular à propriedade privada dos meios de produção – só pode comprar ou vender uma mercadoria aquele que seja o seu dono e, para tanto, é necessário que os meios com os quais a produziu pertençam a ele. Quando a propriedade dos meios de produção é coletiva, mesmo que se registre alguma divisão do trabalho, a compra e a venda não são possíveis, uma vez que o produto do trabalho pertence à coletividade, em seu conjunto.(...) (NETTO,2006 p.80)

O MPC é um sistema econômico que precisa expandir-se. No início do processo do seu desenvolvimento, o processo de produção de mercadoria ocorria de forma simples, uma produção mercantil simples, configurava-se como um trabalho simples, os camponeses e os próprios artesãos eram os donos dos meios de produção, havia pouca divisão do trabalho e quem exercia a atividade eram os próprios membros das famílias e a produção se destinava a um mercado restrito, o que era vendido no mercado era usado para o uso próprio ou para a compra de outras mercadorias para reiniciar a produção.

Com a expansão dos mercados e o aumento do emprego do dinheiro ocorreu uma complexidade na circulação da mercadoria, e assim, neste momento entra em cena os comerciantes. A produção nesta fase do capitalismo não era o foco, mas comprar a preço baixo, combinando, em muitos casos, a pirataria e os saques, e vender a preços mais altos constituía-se o meio para o enriquecimento. O lucro, assim, vinha do dinheiro acrescido depois da venda da mercadoria, e se fundava na diferença entre o que pagava e o que vendia com a mercadoria. A classe burguesa teve sua origem nestes grupos mercantis, nos séculos XV e XVI.

As determinações estruturais do MPC não se alteraram com as alterações das condições de trabalho ao longo do seu período de consolidação, mas teve uma diferenciação significativa na esfera da produção da mercadoria,

principalmente na criação de valores, no século XVIII, houve o deslocamento da produção mercantil simples para a produção mercantil capitalista.

As bases da produção mercantil capitalista são inteiramente distintas das da produção mercantil simples. Se ambas supõem a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, na produção mercantil capitalista essa propriedade não cabe ao produtor direto, mas ao capitalista (ao burguês). Aqui, desaparece o *trabalho pessoal* do proprietário: o capitalista é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem trabalha – ele compra a *força de trabalho* que, com os meios de produção que lhe pertencem, vai produzir mercadorias. (NETTO, 2006, p.83)

Dois fenômenos sociais diferenciam a produção mercantil simples da produção mercantil capitalista que ocasionaram a razão de ser do MPC. Se antes a produção material da vida ocorria pelo trabalho pessoal do proprietário, com o desenvolvimento da produção mercantil tem-se a exploração da força de trabalho, numa relação de compra e venda entre capitalista e trabalhador mediante o pagamento de um salário. Desta relação decorre um novo tipo de circulação produtiva e também da obtenção de lucro,

A circulação mercantil *capitalista*, evidentemente, é distinta da circulação mercantil simples. O capitalista, ao contrário do produtor mercantil simples, não quer mercadorias para trocar por outras mercadorias e, portanto, não emprega o seu dinheiro como simples intermediário entre uma mercadoria e outra. A circulação capitalista também difere daquela na qual o comerciante é o elo entre produtores (camponeses e artesãos) e consumidor, precisamente porque o lucro capitalista não é criado na esfera da circulação; provindo da esfera da produção, o lucro capitalista exige a continuidade da produção, e o controle pelo capitalista. (...) (Ibidem, p.83)

O trabalho assalariado, uma construção sócio-histórica de uma determinada forma de relação social de produção, é o que confere a especificidade do MPC, ele possui uma modalidade específica de contrato e determina as duas classes sociais fundamentais da sociedade capitalista que têm uma polaridade social de acordo com a posse dos meios de produção.

A produção mercantil se peculiariza, pois, porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de *capital*), e aquele que pode tornar-se o produtor direto sua força de trabalho – o proletário (ou operário). As classes *fundamentais* do modo de produção capitalista, assim, determinam-se pela propriedade ou não dos meios de produção: os capitalistas (a classe capitalista, a burguesia) detêm essa propriedade, enquanto o proletariado

(o operário, a classe constituída pelos produtores diretos) dispõe apenas de sua capacidade de trabalho e, logo, está simultaneamente livre para\compelido a vendê-la como se vende qualquer mercadoria; no modo de produção capitalista, o capitalista é o representante do capital e o proletário o do trabalho. (NETTO, 2006, p.84-85)

A análise das três principais determinações estruturais do MPC nos possibilita ter uma visão do processo de produção material da vida e do processo de relação social desenvolvido neste sistema, uma vez que, a situação social dos membros da sociedade está determinada pelo regime de propriedade dos meios de produção fundamentais, decorrendo daí o desenvolvimento da divisão social e técnica do trabalho e a compra e venda da força de trabalho, configurando um modo de ser do ser social, formado a partir da execução das atividades fundamentadas nestas determinações para a produção da riqueza social.

A dinâmica da produção capitalista não é apenas a produção e reprodução de mercadorias é também produção e reprodução de relações sociais e tal sistema econômico só é capaz de continuar o seu movimento se “*reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários.*” (NETTO, 2006, P.136). E, as determinações deste modo de produção é que dão a materialidade para esta relação uma vez que existem sujeitos que possuem dinheiro para comprar a mercadoria força de trabalho e os outros meios de produção, e aqueles que só dispõem da sua força de trabalho como valor de troca.

A lógica desta dinâmica resulta num enorme crescimento da riqueza social e, proporcionalmente igual crescimento da pobreza social. Da relação contraditória capital\trabalho tem-se a polarização da sociedade, de um lado uma pequena parcela da população que se apropria de grande parcela da riqueza socialmente produzida, porque é dona dos meios de produção, e do outro lado a grande maioria da população que possui apenas a sua força de trabalho a ser trocada no mercado por um salário que não representa monetariamente o que foi produzido por ela.

A incidência dessa relação contraditória sobre as classes sociais fundamentais da sociedade capitalista configura uma relação de exploração do trabalho que ocasiona para aqueles que vendem a sua força de trabalho uma degradação das condições materiais e espirituais da sua vida, que se

materializam na forma das condições precárias de trabalho, no desemprego, no deficitário acesso à moradia, alimentação, saúde, educação, dentre outras refrações sociais que deterioram a vida daqueles que vivem do trabalho.

1.1.1 Trabalho, categoria fundante do ser social

A compreensão da sociedade e do próprio homem perpassa pela compreensão das relações sociais próprias à atividade econômica desenvolvidas no processo de produção de bens que satisfazem as necessidades dos sujeitos em sociedade, e também de compreender o próprio modo de ser dos homens em sociedade.

O trabalho é a “categoria central para a compreensão do fenômeno humano-social” (NETTO, 2006, p.29). A partir desta afirmativa pode-se fazer a análise da complexidade envolvida na relação trabalho- homem-sociedade na história da humanidade. Primeiramente, o trabalho como ação humana transformadora exercida coletivamente sobre a natureza para a satisfação das necessidades dos homens e mulheres, é a categoria fundante do ser social porque o possibilitou romper com o padrão natural dessa atividade, ela é substancialmente diferente na relação dos homens com a natureza, pois nesta ação vários elementos estão envolvidos, ultrapassando as questões meramente biológicas.

Uma atividade que se inscrevia no conjunto de esforços que os grupos tinham de efetivar para sobreviver, esforços voltados para extrair da natureza os meios de manter e reproduzir a sua vida, voltados para atender às necessidades elementares de manutenção e reprodução física dos grupos e seus membros (...) foi através do trabalho que grupos de primatas se transformaram em grupos humanos, foi através do *trabalho que a humanidade se constituiu como tal*. Ou seja: *o trabalho é fundante do ser social*. (NETTO, 2006, p. 36-37)

O trabalho como ação transformadora do homem sobre a natureza para satisfazer suas necessidades diferencia-se das dos outros animais por ser uma atividade que antes de ser executada foi pensada previamente, uma atividade projetada, teleologicamente direcionada a um fim. Uma ação de transformação da matéria natural em produto que irá satisfazer a necessidade humana, ou seja, no trabalho realizado, tem-se a objetivação da prefiguração ideal do sujeito que a efetua.

Na medida em que o homem transforma a natureza ele transforma a si mesmo, e, embora as suas determinações naturais sejam insuprimíveis elas vão

sofrendo progressivamente um recuo. Quanto mais o ser social, por meio do trabalho, se desenvolve tanto mais diversificadas serão as suas objetivações, mais ele viverá a sua verdadeira natureza, a de ser social. O homem configura-se, assim, como natureza historicamente transformada.

O avanço do processo de humanização pode ser compreendido, pois, como a diferenciação e a complexificação das objetivações do ser social. O trabalho aparece como *objetivação primária e ineliminável do ser social*, a partir do qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades de novas objetivações. (NETTO,2006,p.41)

O trabalho como ação propriamente humana somente se materializa pela transformação da matéria natural em produtos, bens que satisfazem as necessidades humanas, porque o ser social tem algumas determinações estruturais que o particularizam e que são características constitutivas do trabalho. Ele é capaz de objetivar-se material e idealmente, comunicar-se verbalmente, realizar ações teleologicamente orientadas, socializar-se, ser reflexivo, consciente e autoconsciente em suas ações e consigo mesmo, fazer escolhas entre alternativas concretas e universalizar-se.

O ser social se constitui por meio do trabalho, mas não se esgota nele. Com o desenvolvimento do seu ser, as suas objetivações ultrapassam a dimensão da vida social ligada diretamente ao trabalho e passa a desenvolver outras esferas de objetivação que se autonomizaram das exigências imediatas desta ação, como a ciência, a filosofia, a arte que têm nas características constitutivas do trabalho o modelo de objetivação.

Para essas objetivações criadas pelos homens e que transcendem o universo do trabalho, tem-se uma categoria teórica mais complexa, que é a categoria da práxis social. Ela nos permite apreender toda a riqueza das objetivações do ser social desenvolvido, tanto as constitutivas pelo trabalho, as objetivações primárias, quanto nas objetivações secundárias, materiais e ideais da ciência, da arte, da filosofia, “construindo um mundo de produtos, obras e valores- um mundo social, humano enfim, em que a espécie humana se converta inteiramente em gênero humano...”(ibidem,p.44) revelando o homem como ser criativo e autoprodutivo.

A categoria da práxis pode ser também, desenvolvida pelos homens de uma maneira em que eles não poderão sentir-se integrantes do gênero humano.

(...) Conforme as condições histórico-sociais em que se realiza (vale dizer: conforme as estruturas sociais em que se insere a atividade do

homem), a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. Em determinadas condições histórico-sociais os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-lo como um poder que lhes é superior... entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador. (Ibidem, p.44)

Nas relações sociais de produção de bens que satisfazem as necessidades humanas onde se tem essa inversão, ocorre o fenômeno histórico da alienação. Ela é própria de sociedades onde se predomina a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, a divisão social do trabalho, a apropriação privada dos bens socialmente produzidos e formas determinadas de exploração do homem pelo homem.

Como práxis social, “... a alienação marca expressões materiais e ideais de toda sociedade- esta e seus membros movem-se numa **cultura alienada** que envolve a todos e a tudo...” (Ibidem, p.45). O trabalho exercido pelo ser social que está inserido em uma sociedade como esta constrói objetivações sociais que não promovem a sua humanização e passam mesmo a estimular a sua regressão social, pois há uma inversão do sentido ontológico do trabalho na constituição do ser social.

O trabalho é a categoria central da formação econômico-social de uma sociedade e também categoria fundante do ser social. É uma categoria histórica e tendencial, pois como base de toda atividade humana, o seu modo de operar não é supra-histórico, está marcada pelo modo de produção vigente e também tem a possibilidade de ser transformado quando tiver a transformação estrutural e substantiva do modo de produção vigente.

1.1.2 Capitalismo: Produção de riqueza proporcional à produção de pobreza. Refrações da “questão social” no cotidiano da classe trabalhadora

O homem ao transformar a natureza para retirar dela os bens que irão satisfazer as suas necessidades individuais ou coletivas, ou seja, ao realizar o trabalho, gera um valor de uso. No modo de produção capitalista o produto do trabalho, que é a mercadoria, além deste valor ganha um outro, que está diretamente ligada a forma de relação social desenvolvida entre os homens no processo de produção, que é o valor de troca. Ao longo da história do desenvolvimento do MPC observa-se que esta relação social de produção adquiriu vários formatos, mas permaneceu com o mesmo conteúdo, as suas determinações estruturais não se alteraram.

O trabalho é a categoria central na constituição do ser social, como também é base da sociedade por ser o meio pelo qual os homens criam o valor. A ação dos homens sobre a matéria natural a partir de todos os elementos que compõem o processo de trabalho e dos que a constituem como atividade essencialmente humana, possibilita que eles produzam bens que atendam as suas necessidades individuais ou coletivas. Tais bens têm uma finalidade e qualidade que dão a eles um valor de uso, que em seu conjunto constituem a riqueza social.

A riqueza social produzida pela criação dos valores está na origem da Economia Política Clássica, que deu fundamento teórico para o início da sociedade burguesa. O valor é resultado exclusivo do trabalho humano e nesta sociedade a transformação da matéria prima em um bem de uso se produz também a mercadoria, cujo valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Marx foi quem elaborou a compreensão adequada e formulou uma das leis fundamentais que regem a sociedade capitalista: a lei do valor

É [...] o *quantum* de trabalho socialmente necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso o que determina a grandeza do seu valor. (RICARDO,1982:43,apud NETTO,2006,p. 49)

Na sociedade capitalista o produto do trabalho humano além de produzir os bens que serão usados para a produção e reprodução do ser social e da sociedade,

os valores de uso, materializados pelo trabalho concreto, produzem também os valores de troca, que é um valor cristalizado na mercadoria, e que configura o trabalho abstrato, que é a peculiaridade do modo de produção capitalista, pois gera a mais-valia que é apropriada pelo dono dos meios de produção, o valor que todo capitalista quer.

Na compreensão do processo de produção da mercadoria está decifrado o enigma da sociedade em que vivemos, é produção de bens necessários para suprir as necessidades humanas e também produção de relação social de exploração, um produto que tem valor de uso e valor de troca. Um processo que envolve a produção da mercadoria, desde a retirada da matéria prima da natureza, até o seu consumo, e mais específico a sua venda.

A produção dos valores de uso é um processo contínuo em todas as formas de organização da atividade econômica das sociedades humanas que só é interrompido quando não se tem os meios necessários para a realização do trabalho. E, na sociedade capitalista o processo de produção desses bens, da mercadoria, apresenta uma particularidade histórica que define o próprio modo de ser desse modo de produção, que é a acumulação capitalista. “Sem a acumulação capitalista o MPC não existiria.” (NETTO E BRAZ,2006p.125) Podendo-se até mesmo dizer que existe uma “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, já que a dinâmica que rege este sistema econômico ao longo do seu desenvolvimento é a mesma e com a mesma consequência social, a polarização da sociedade, a quantidade da riqueza socialmente produzida e apropriada pelo capitalista é proporcional à degradação da qualidade de vida da classe trabalhadora.

A peculiaridade do processo de produção e reprodução da sociedade capitalista está por configurar-se em uma reprodução ampliada, ou alargada. Isto se dá por meio da aplicação de parte da mais-valia produzida no processo produtivo, no próprio processo de produção da mercadoria, mais especificamente, nas forças produtivas.

A reprodução ampliada se materializa por meio da redução do tempo de rotação do capital, que é a soma do seu tempo de circulação com seu tempo de produção. Ao capitalista interessa diminuir ao máximo esse tempo de rotação para que haja o

aumento da acumulação capitalista. Ou seja, o capital é valor que precisa valorizar-se ininterruptamente. O único objetivo do capitalista com a produção da mercadoria é a produção e apropriação da mais-valia em proporções cada vez maiores. E o aumento da produção da mais-valia está relacionado à exploração da força de trabalho, “quanto maior a exploração da força de trabalho, maior será a mais-valia e a acumulação...” (NETTO E BRAZ, 2006, p.127), que ocorre por meio do aumento da taxa de exploração da força de trabalho por diferentes mecanismos como o aumento da jornada de trabalho, da intensificação dos ritmos do processo de trabalho e introdução de inovações tecnológicas.

A produção e reprodução da sociedade burguesa está hipotecada ao movimento contínuo do processo produtivo da mercadoria até a sua venda, ou realização. A acumulação capitalista é um processo constituído de três momentos, dois na circulação e um na produção. O capitalista inicia o ciclo, primeiro momento, circulação, investindo o seu capital nos meios necessários para a produção da sua mercadoria (matéria prima, maquinário, força de trabalho, infraestrutura) e inicia o segundo momento, o processo de produção da mercadoria, onde se cria o valor de uso, mas também o que mais interessa ao dono dos meios de produção, a criação do valor de troca, a mais-valia, ambos produzidos pela força de trabalho, sendo este cristalizado na mercadoria como um trabalho excedente. E o processo consome-se apenas quando a mercadoria volta para a esfera da circulação, terceiro momento, sendo vendida, realiza-se.

Na produção da mercadoria compreende-se a configuração que o trabalho adquire na sociedade capitalista. No sistema econômico que rege esta sociedade o trabalho possui duas naturezas, a de criação de valores de uso, denominado como trabalho concreto, e a de criação de valores de troca que é denominado como trabalho abstrato, que é o dispêndio de força de trabalho para além do necessário para a produção do produto como valor de uso. Este excedente de trabalho é o que configura as relações sociais de produção capitalista, uma relação fundada na exploração da força de trabalho.

O trabalho no sistema econômico capitalista não é só produção e reprodução de mercadorias, é também produção e reprodução de relação social. Ao término do processo produtivo os dois sujeitos nele envolvidos, o capitalista e o trabalhador,

permanecem na mesma posição em que estavam quando iniciaram o processo, com uma diferença qualitativa nas condições materiais e espirituais de suas vidas. O primeiro continuou sendo o dono dos meios de produção e se apropriou do excedente produzido no processo de produção da mercadoria. E, o segundo continuou tendo apenas a sua força de trabalho para ser trocada por um salário, que não reflete o valor real que ele produziu ao produzir a mercadoria e promovendo o seu estranhamento em relação ao fruto do seu trabalho.

A acumulação capitalista impacta na vida do trabalhador de várias formas, uma vez que o modo de produção capitalista é produção de mercadoria e também de relação social. O aumento da acumulação é proporcional ao aumento da exploração da força de trabalho e do processo de pauperização da classe trabalhadora que configura a polarização da sociedade, onde de um lado se tem uma minoria que se apropria de grande parte da riqueza socialmente produzida, porque é dona dos meios de produção, e uma grande parcela da população que vive com um salário que garante apenas o mínimo necessário para a sua reprodução. Isto demonstra que nesse modelo econômico a produção de riqueza é proporcional à produção de pobreza.

(...) Os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de *pauperização* decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. A pauperização pode ser *absoluta* ou *relativa*. A pauperização absoluta registra-se segundo as condições de vida e trabalho dos proletariados experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas. (NETTO E BRAZ, 2006, p. 135)

Outro fenômeno social que incide na vida da classe trabalhadora e que tem uma função estratégica para o aumento da acumulação capitalista é a questão do desemprego. Uma parcela supérflua de trabalhadores que não encontram emprego no mercado de trabalho constituem o exército industrial de reserva, podendo também ser designada como população excedentária ou superpopulação relativa.

A acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (Marx, 1984, apud Ibidem,2006,p.133)

Não existe economia capitalista sem a constituição de um exército industrial de reserva, ou seja, um elevado número de trabalhadores que não têm como vender a sua força de trabalho no mercado. A existência de um grande contingente de força de trabalho que não consegue realizar-se tem duas funcionalidades para o capital. A primeira é que pressiona o abaixamento do salário e a segunda é que pode ser utilizada pelo capital de acordo com a conjuntura da sua produção.

Da relação contraditória entre capital e trabalho, que configura a lei geral da acumulação capitalista, ou seja, da relação social de produção de riqueza e, em conseqüência, de pobreza, deu origem ao fenômeno sócio-econômico denominado de “questão social”, que se materializa por meio de suas refrações, já citadas, o desemprego e as conseqüências dos processos de pauperização da classe trabalhadora.

O termo “questão social” que significa a relação contraditória entre capital\trabalho, surgiu na terceira década do século XIX, no momento em que a base urbano-industrial da economia capitalista começava a se firmar, como também a acumulação propriamente capitalista se materializava por meio da exploração da força de trabalho e em conseqüência, tinha-se a materialização das refrações da “questão social”.

O capital é valor que precisa ser valorizado, a sua existência está hipotecada a sua capacidade de se expandir, e, assim, desde suas origens nos processos de cercamento até os dias atuais da terceira fase do estágio Imperialista, o capital vai configurando formatos que possibilitam a sua expansão, sem, contudo, eliminar as suas determinações estruturais, a propriedade privada dos meios de produção, a divisão sociotécnica do trabalho e a exploração da força de trabalho.

Uma conseqüência que é inerente ao modo de produção capitalista decorrente do seu movimento expansionista e que sinalizam um novo ciclo econômico, fruto da

dinâmica contraditória da relação capital\ trabalho, é as crises capitalistas. As causas do desenvolvimento de uma crise são múltiplas, mas, de acordo com Netto (2006, p.160-161), três são as mais determinantes, que são a anarquia da produção, a queda da taxa de lucro e o subconsumo das massas. Entre uma crise e outra tem-se o ciclo econômico que é constituído de quatro fases, a crise, a depressão, a retomada e o auge. E, a cada retomada de uma crise, outra crise de maior magnitude vai se configurando.

O capital precisa se valorizar e por isso possui um caráter processual, dinamizado pelas suas contradições e marcado por crises que, de períodos em períodos (um ciclo econômico, de aproximadamente 10 anos), demarcam um novo estágio de seu desenvolvimento. Assim, na atualidade o sistema econômico capitalista, tendo sua dinâmica nos monopólios, vivencia a terceira fase do estágio imperialista conhecida como capitalismo contemporâneo.

No seu período antecedente, o capitalismo vivenciava uma grande expansão econômica, conhecida como “anos dourados” com as empresas ganhando super lucros, permitindo até mesmo o desenvolvimento de políticas públicas de proteção social, como o *Welfare State* nos países capitalistas centrais e projetos industrializantes nos países de capitalismo dependente, tendo o Estado o papel de regulador,

(...) a produção em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises. Anunciava-se um capitalismo sem contradições, apenas conflitivo – mas no quadro de conflitos que seriam resolvidos à base do *consenso*, capaz de ser construído mediante os mecanismos da democracia representativa. (NETTO E BRAZ, 2006, p. 212)

Contudo, o período do crescimento econômico e da lucratividade acabou, ocorrendo uma recessão generalizada em todas as potências imperialistas a partir da década de 1970 permanecendo até os dias atuais, com as crises sendo mais periódicas e as retomadas tornando-se menos freqüentes.

... A onda longa expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando episódicas as retomadas. (Ibidem,p.214, negrito do autor)

O capital responsabilizou esse baixo dinamismo econômico ao aumento das políticas de proteção social e com o reconhecimento dos direitos sociais conquistados pela luta de classes, e operacionalizados por parte do Estado e que eram aceitas porque as taxas de lucro eram altas, embora gerassem uma carga tributária às empresas. Porém,

A recessão generalizada de 1974-1975 acende o sinal vermelho para o capital monopolista que, a partir de então, implementa uma *estratégia política global* para reverter a conjuntura que lhe é francamente negativa. O primeiro passo é o ataque ao movimento sindical, um dos suportes do sistema de regulação social encarnados nos vários tipos de *Welfare State* – com o capital atribuindo às conquistas do movimento sindical a responsabilidade pelos gastos públicos com as garantias sociais e a queda das taxas de lucro às demandas salariais. Nos finais dos anos setenta, esse ataque se dá por meio de medidas legais restritivas, que reduzem o poder de intervenção do movimento sindical; nos anos oitenta, o assalto do patronato toma forma claramente repressivas – de que são exemplos as ações dos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos). (Ibidem,p.215)

Diante desta realidade, o capital monopolista elaborou e executou uma série de medidas para reverter essa situação econômica desfavorável aos seus interesses que perpassam pelo ataque aos movimentos sociais da classe trabalhadora na luta por seus direitos e vão para a esfera política e para as relações de produção. Sendo tais medidas articuladas em um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal. Estas medidas não alteraram a tendência negativa do crescimento econômico, mas as taxas de lucro foram retomadas.

O capital alterou a forma de produção até então vigente dentro das empresas, na fase dos “anos dourados” prevalecia o que se denominou como acumulação rígida fundada na teoria taylorista de produção em larga escala, por meio de um trabalho

repetitivo e monótono. É a reestruturação produtiva que vai dar o contorno da terceira fase do estágio imperialista, a acumulação flexível que

(...) se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 1993, apud NETTO E BRAZ, 2006, p.215)

No que concerne a financeirização como resposta do capital na tentativa de reverter a baixa taxa de lucro e crescimento, e é a particularidade que o capital adquiriu nesta fase contemporânea, pois fluxos econômicos mundiais sempre ocorreram neste sistema econômico, mas o que vem ocorrendo é que devido a superacumulação e dificuldade do capital de valorizar-se na esfera da produção, as interações comerciais estão ocorrendo entre os próprios países centrais, no denominado comércio intracorporativo. E, entre esses países e os países periféricos ocorreu a questão da dívida externa e também as propostas de ajustes econômicos elaboradas por organizações multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, que estão sob o julgo dos interesses das oligarquias financeiras.

Segundo Netto (2006) a economia capitalista na fase imperialista, graças aos recursos informacionais, tem no processo de financeirização do capital a sua mais significativa transformação, e, faz uma citação de Harvey sobre o que este autor constata deste processo, que teve início no ano de 1973:

... foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívidas que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos [...] decorrentes de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2004, apud NETTO E BRAZ, 2006, p.230)

A terceira medida que tem sido implementada pelo capital na contemporaneidade tem a ver com a eliminação de todos os freios e regulações sociopolíticas que

travam o seu movimento expansionista. Tal medida incide diretamente no papel social do Estado, mas se constitui de um conjunto ideológico fundamentado em teses conservadoras difundidas desde os anos de 1940, designado como neoliberalismo, que estabelece uma concepção de homem, de sociedade e defende a idéia de liberdade de mercado.

O Estado foi o principal operador da ideologia neoliberal para livrar o capital dos empecilhos sociopolíticos que entravam o seu movimento. Tal ideologia sustenta a necessidade de diminuir as dimensões democráticas do Estado na economia, cortando as suas “gorduras”, que são as suas funções sociais. E assim, o capital passa a difundir a necessidade de uma implementação da reforma do Estado, e, *“ a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco **processo de contra-reforma(s)**, destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais.”* (Ibidem,p.226)

O capital sob a égide neoliberal elaborou e implementou um ataque às dimensões democráticas do Estado, iniciando pela flexibilização das relações de trabalho e, em seguida,

(...) avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. Prosseguiu estendendo-se à intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs “reformas” que retiraram do controle estatal empresas e serviços – trata-se do **processo de privatização**, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros). (Ibidem, 228)

Todas as respostas dadas pelo capital para reverter a tonalidade da onda longa recessiva teve por objetivo o aumento da sua taxa de lucro e também de criar novas condições para a exploração da força de trabalho por meio da precarização do emprego que são conseqüências da flexibilização ou desregulamentação das relações de trabalho, como exemplo, o emprego parcial e as terceirizações e a retirada de muitos dos direitos trabalhistas e sociais, e, também, reconfigurando o papel do Estado, tornando-o mínimo no atendimento das demandas da classe trabalhadora e máximo para os interesses dos capitalistas.

A “questão social” deve ser compreendida em sua historicidade com as transformações do processo de acumulação capitalista e a partir das medidas político-econômica e social adotadas pelos governos tanto dos países centrais como dos periféricos sob o mando do grande capital.

A “questão social” hoje apresenta particularidades que para serem compreendidas faz-se necessário apreender a dinâmica do capital financeiro, onde a mediação da produção desaparece e aparecem em cena dois elementos que lhes dão atualidade: o mercado financeiro e a dívida pública. Esses dois elementos têm subsidiado os ganhos do capital financeiro, que por sua vez, para alcançar este objetivo impõem medidas de austeridade fiscal aos Estados e a reconfiguração do seu papel social.

Todas as transformações que o capital implementou nas esferas política, econômica e social, subsidiadas pelo Estado tem impactado de forma negativa a vida daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho. Dando uma característica impar ao capitalismo contemporâneo que é a exponenciação da “questão social”, com o aumento do desemprego tornando-o como um fenômeno permanente, e o aumento do pauperismo acrescido de sua criminalização.

1.1.3 Reificação e alienação: categorias sociais inerentes à sociedade capitalista

A teoria social crítica que tem por fundamento a análise crítica da Economia Política e das categorias que delineavam o modo de produção capitalista feita por Marx, principalmente a partir de 1847, foi um enfoque substancial para a compreensão do fenômeno social da alienação, que no capitalismo contemporâneo tem uma característica específica que permeia as relações sociais tanto na esfera da produção quanto na vida em sociedade.

A análise marxiana da mercadoria, que é um produto genuíno da sociedade burguesa, a partir da exposição do desenvolvimento da produção capitalista e da descoberta teórica do fetichismo, onde as relações sociais entre pessoas se convertem em relações sociais entre coisas, desse seu produto, propiciou a compreensão ontológico-histórica do trabalho na constituição do ser social e o desvelamento das relações sociais de produção do sistema econômico capitalista com todas as suas determinações. As formulações feitas por Marx sobre o feitiche da mercadoria, de acordo com Netto,

(...) articula-se simultaneamente, a reprodução teórica do movimento histórico da categoria *trabalho* e a reprodução teórica da categoria *valor*, na reprodução sintético-totalizadora do movimento concreto em que ambas confluem peculiarmente na emergência do modo de produção capitalista. (NETTO, 2015, p.60)

A mercadoria possui dois tipos de valores: o valor de uso e o valor de troca, que dão uma dupla face ao trabalho, o trabalho concreto, que produz o valor de uso e o trabalho abstrato que produz o valor de troca. A produção desses valores cristalizados na mercadoria demonstra a natureza das relações sociais engendradas na sociedade capitalista, que são de exploração da força de trabalho e de alienação, como também o seu caráter misterioso, relação de produção essencialmente social se transmuta em relação entre “coisas”.

O trabalho é a categoria primária da sociedade e fundante da constituição ontológica do ser social, ou seja, o trabalho propicia ao homem transformar a

natureza para atender as suas necessidades e na medida em que ele exerce essa atividade prático-social, o propicia também adquirir a sua verdadeira natureza, a de ser social genérico consciente, ou seja, é uma atividade prática positiva que permite ao homem constituir-se como tal pelas suas objetivações, "... a objetivação é a *forma necessária* do ser genérico no mundo enquanto ser prático e social, o homem só se mantém como tal pelas suas objetivações, pelo conjunto de suas ações..."(Ibidem p.80).

Contudo, ao se consolidar a atividade econômica capitalista, o trabalho nesta modalidade histórica determinada passou a ter a função de gerar valor, e, a partir desta nova funcionalidade ele adquiriu as duas faces que se cristalizam na mercadoria e com isto passou a promover o fenômeno social da alienação que, constitui uma forma específica e condicionada de objetivação, o trabalho deixa de ser uma manifestação de vida, que desperta as potencialidade do ser social, e promove a sua degradação, materializando uma "... atividade prática negativa e um trabalho unidimensional: reduz-se à dimensão da lucratividade, produção de valores de troca, mercadorias..."(Ibidem,p. 81)

O trabalho é uma ação na qual o ser social na medida em que vai transformando a natureza transforma a si mesmo, assim, na sociedade capitalista o homem não produz somente a mercadoria, mas produz a si mesmo como mercadoria. Isto configura uma forma histórica de trabalho: o trabalho alienado.

No trabalho alienado, o trabalhador não se realiza e não se reconhece no seu próprio produto; inversamente o que ocorre é que a realização do trabalho, a produção, implica a sua perda a sua despossessão: o produto do trabalho se lhe parece como algo alheio, autônomo...(Ibidem, p.81)

O fenômeno da alienação é próprio das sociedades que têm classes sociais definidas, bem como está intrinsecamente ligado à propriedade privada e em decorrência desta, da apropriação privada do produto socialmente produzido, sendo aquela determinação o fenômeno social que dá sustentação teórica para o conceito de trabalho alienado, "... que tem como corolário, para o trabalhador, uma dúplici: a do produto do trabalho (alienação do objeto) e da própria atividade do trabalho

(alienação de si)...”(ibidem, p.81), que com a consolidação do capitalismo tais fenômenos se tornam mais visíveis.

(...) o trabalhador tanto mais se empobrece quanto mais riqueza produz. O paradoxo coloca a contradição: como pode a atividade prática – o trabalho – do ser genérico consciente que é o homem conduzir não ao seu florescimento pessoal, ao despertar suas potencialidades, mas ao contrário, a sua degradação? A resposta marxiana é clara: na sociedade contemporânea, regida pelo capital, a realização da vida genérica do homem deixa de ser o objeto do seu trabalho, agora essa atividade descentrou-se, inverteu-se mesmo: é a vida genérica do homem que se torna um instrumento para a consecução de sua sobrevivência física (orgânica, animal, *natural*). Nas condições desta sociedade o trabalho, por tanto, não é a objetivação pela qual o ser genérico se realiza: é uma objetivação que o perde, que o aniquila. (Ibidem, p.63)

A compreensão da categoria da alienação perpassa pela compreensão de todo o processo de produção da mercadoria até a sua realização para se desvelar a essência econômica do capital, que é uma relação de exploração entre capital e trabalho. E a compreensão da configuração que o trabalho adquire na sociedade capitalista, o trabalho alienado, requer que se faça a relação entre os conceitos concretos e históricos de fetichismo e alienação para revelar a relação existente entre o ser social, a produção social e o seu produto, como fruto de um trabalho coletivo.

(...) o modo de produção capitalista, que assenta uma produção essencialmente social, engendra formações econômico-sociais que manifestam o seu ser social como a-social. Desde que foca sem laivos especulativos a realidade histórico-social, este é o problema primeiro que a reflexão marxiana se põe: desvendar a dinâmica que faz com que aquelas formações econômico-sociais que articulam um ser social puro, produto radical e exclusivo da interação dos indivíduos, expurgado de componentes extrínsecos e adventícios (laços de sangue, vinculações territoriais, etc.), sejam também aquelas onde a forma fenomênica desse ser se coloca de modo a que os agentes sociais particulares, os homens vivos e atuantes, não reconheçam nela a resultante de suas múltiplas interrelações sociais...(Ibidem,p.95)

O caráter a-social que o ser social adquire na sociabilidade capitalista está explicado pelo fenômeno do fetichismo da mercadoria, pois uma vez que o ser social se constitui mediante o trabalho e a produção capitalista é produção de mercadoria,

que adquire autonomia diante de seu produtor, e também devido ao próprio processo de produção da mercadoria, ele não é capaz de ver que o que produziu é fruto de relações sociais desenvolvidas neste processo, mas que mantém relação entre coisas. Esta alienação generalizada é vista na sociedade moderna com maior evidência,

Nesta sociedade, a autonomia dos indivíduos é puramente ilusória, eles estão subordinados a mecanismos e processos que não controlam e sequer reconhecem como oriundos das suas próprias relações (...). Através do conceito de alienação, o que Marx aponta é a cisão operada entre o indivíduo, que se toma a si mesmo como autônomo e atomizado, e a coletividade, que é percebida como uma natureza estranha, a alienação conota sempre exatamente essa fratura, esse alheamento, essa despossessão individual das forças sociais que são atribuídas a objetos exteriores nos quais o sujeito não se reconhece (...). (Ibidem, p.96)

Outra característica da sociedade moderna que Marx demonstrou com a análise histórico-concreta do fenômeno da alienação, foi a transferência de todas as categorias da produção mercantil para o cotidiano social dos indivíduos.

(...) na sociedade fundada na produção mercantil e nas trocas, se manifestam as vivências e as representações- estas tipificadas nas categorias da economia política (v.g., salário, ganho do capital e propriedade fundiária)- invertidas da vida social. O seu foco analítico procura iluminar as incidências da inversão operada pelos processos alienantes, as monstruosas perversões que geram na existência social dos indivíduos (...) (Ibidem,p.96-97)

A teoria social marxista sobre a alienação em sua formação histórico-concreta contribui para a compreensão da forma como essa categoria, nos processos sociais de alienação, se transforma de acordo com as metamorfoses do capital, e incide não somente na atividade produtiva daqueles que vendem a sua força de trabalho de maneira negativa, ao torná-lo como mero instrumento para a obtenção da mais-valia, mas também em todas as instâncias da sociabilidade dos indivíduos e destruindo a sua vida genérica.

(...) o objetivo é demonstrar que esses processos, nos quais o sujeito vê deslocado e transferidos para os objetos e as atividades que os criam as suas próprias qualidades, permeiam todas as instâncias da vida social, convertendo-se, no limite uma forma de socialidade que

reduz as objetivações humanas a forma comportamentais que degradam os seres *genéricos conscientes* a meros aparatos bio-fisiológicos. (Ibidem, p. 96-97)

A alienação é uma categoria social que é ao mesmo tempo, dentro da esfera produtiva, processo e produto do trabalho realizada nos moldes de toda sociedade regida pela propriedade privada dos meios de produção e pela apropriação privada do excedente econômico. Isto se comprova uma vez que a alienação do ser se dá pela sua desposseção de si mesmo e de sua ação criadora

(...) na medida em que não consegue captar as mediações sociais que os vinculam à vida social em seu conjunto e dinamismo, pode-se garantir que a alienação tem possibilidades de se afirmar e desenvolver sem se colar ou se cristalizar em coisa\objetos (traço constitutivo e pertinente do fetichismo). (Ibidem, p.101)

O processo de alienação do trabalho na sociedade capitalista, que pôde ser melhor visualizado depois de sua consolidação e compreensão teórica do processo social de produção da mercadoria em sua totalidade, adquiriu um novo formato que decorre de sua forma reificada e que se exprime por meio de uma relação objetual. A consolidação da sociedade burguesa institui uma forma particular de alienação que tem raízes no fetichismo da mercadoria e que produzem relações sociais reificadas, que é a forma específica de alienação na sociedade contemporânea.

A particularidade que a alienação na sociedade burguesa constituída adquire, consiste em que

(...) nela, os processos alienantes arrancam exclusivamente do fetichismo inerente à produção mercantil e, estruturados a partir da forma mercadoria, se põem, repõem e reproduzem em todas as instancias sociais- porque essa sociedade está *inteiramente* mercantilizada...(Ibidem, p.111)

E , ainda, na sociedade moderna o conceito de alienação tomou uma estrutura específica ao se transferir para as relações sociais o processo de fetiche da mercadoria,

(...) a sua *diferencialidade*, resumível no fato de aquela pertinente à sociedade burguesa constituída possuir um caráter "coisal" que só marginalmente comparecia na outra. O fetichismo que Marx conceptualiza a partir de 1857-1858 consiste precisamente nisto: *é através dele que os processos alienantes emergentes na sociedade burguesa constituída têm a peculiaridade de se concretizar em projeções substantivas objetuais-* das relações sociais (...). (Ibidem,p.111)

Na contemporaneidade, onde se tem a prevalência dos monopólios na atividade econômica mundial a vida social tem todas as suas manifestações em conformidade com a organização capitalista de produção, tanto na dimensão macroscópica da sociedade quanto na microscópica da vida de cada indivíduo. Percebe-se que

(...) a organização capitalista da vida social preenche todos os espaços e permeia todos os interstícios da existência individual: a manipulação desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade dos agentes sociais particulares- é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrados, um difuso terrorismo psico-social se destila de todos os poros da vida social e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instancias que outrora o indivíduo podia se reservar como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação dos imaginários, a gratuidade do ócio,etc.) convertem-se em limbos programáveis. (Ibidem, p.111)

O processo de reificação universalizou-se na imediatividade da vida social, eles não envolvem apenas os produtores diretos da mercadoria, mas penetram e dão conformidade à totalidade das relações sócias produtivas e das relações que viabilizam a reprodução do capital, ou seja, “todos os “serviços” e todas as relações Homem\Homem no seu contexto vital, transforma-se estruturalmente o modo de emergência das relações sociais.” (ibidem,p.114)

Enquanto a produção mercantil transitava da manufatura à grande indústria, o trabalhador tinha a impressão de que o seu trabalho e o produto dele lhe eram estranhos porque *outro* (o capitalista, que ele identificava como uma pessoa ou um grupo de pessoas) os expropriava; na sociedade burguesa constituída além dessa realidade, a esmagadora maioria dos homens, proletários e não proletários, tem a impressão de que sua existência (mais que o seu trabalho e os frutos dele) é direcionada por uma instância alheia, incógnita, *impessoal*- instancia factual, que se manifesta pelo contágios do institucionalizado: *coisas* organizadas como a família, a fábrica, o colégio, o banco, a universidade, a companhia, o exército etc (mil etc.) e, obviamente, esta outra *coisa* contra a qual ninguém pode nada, o Estado. (Ibidem,p.114)

As objetivações humanas decorrentes do trabalho, têm adquirido um caráter de “coisa”. O fetichismo da mercadoria passa a ser o fetichismo de todo o intercambio humano universalizado no cotidiano imediato dos indivíduos, sem nenhum questionamento quanto a sua origem social.

A teoria sobre o trabalho alienado possibilita a desnaturalização das relações sociais reificadas ao identificar suas origens nas determinações estruturais da produção mercantil, principalmente na propriedade privada e na apropriação privada

da riqueza socialmente produzida, que é produção de valor e também de relação social, e na formação sócio-histórica desse modo de produção. Essa teoria possibilita ainda perceber que não basta apenas eliminar as causas primeiras desse fenômeno, pois ele já está cristalizado no próprio modo de ser dos indivíduos desta sociedade, e o que pode ser feito é estabelecer instancias na vida social que compensem e contrabalançam as deformações que o processo de alienação realiza no ser social.

1.2 Teoria Social Crítica sobre o cotidiano

A teoria do cotidiano é um campo de reflexão substancial para a compreensão da produção e reprodução dos indivíduos, ou seja, do modo de ser do ser social em sociedade. Na medida em que, na tradição marxista, ela adquiriu um vasto conhecimento histórico e ontológico sobre os componentes da vida cotidiana, principalmente pela contribuição de Lukács, o cotidiano pôde ser analisado como sendo essencialmente social, reflexo do modo de produção determinante na sociedade.

Vários autores escreveram sobre o cotidiano, mas são os escritos de Lukács que possuem, nos moldes da teoria social crítica, uma riqueza categorial que possibilita ter uma visão da totalidade, historicidade e das mediações que compõem o movimento do real e o modo de ser e reproduzir-se do ser social.

Segundo Lukács a vida cotidiana é insuprimível, não existe sociedade sem cotidianidade. Ela é parte intrínseca do ser social, o homem não existe sem vida cotidiana. Em toda sociedade ela se faz presente tomando formas distintas em cada uma, como também dando formas e contornos ao modo de ser do ser social segundo o período sócio-histórico deste e de acordo com o modo de produção e reprodução da vida vigente.

Na ótica lukacsiana, a vida cotidiana é *insuprimível*. Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana. Enquanto tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável (...) se em *toda* sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a estrutura da vida cotidiana é distinta quanto ao seu *âmbito*, aos seus *ritmos e regularidades* e aos *comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos* (grupos, classe, etc.) em face da *cotidianidade*. (NETTO, 2000, p.66)

Para o autor a vida cotidiana possui três componentes ontológicos estruturais que determinam o modo de ser do Homem em sociedade que são: a heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade extensiva. Estas determinações impõem aos indivíduos um padrão de comportamento que dão forma a uma modalidade de ser

que se manifesta num pensamento e prática particular, próprias da esfera do cotidiano.

A heterogeneidade da vida cotidiana se manifesta por meio da interação de partes de diferentes naturezas categoriais da sociabilidade do ser social.

(...) a vida cotidiana configura o mundo da heterogeneidade. Interseção das atividades que compõe o conjunto das objetivações do ser social (...) se movimentam fenômenos de natureza compósita (linguagem, trabalho, interação, jogo, vida política e privada, etc.). (Ibidem, p.67)

A imediaticidade configura-se no “padrão de comportamento próprio da cotidianidade, é a relação *direta* entre pensamento e ação, a conduta específica da cotidianidade é a conduta imediata (...)” (Ibidem, p.67). O ser social responde aos fenômenos da vida cotidiana de forma ativa, não faz uso da razão reflexiva para agir diante do fato.

A superficialidade extensiva está associada aos outros dois componentes da cotidianidade, o indivíduo, em cada situação vivida não faz a relação com o que promove a interação entre os vários fenômenos que a desencadearam, ou seja, as mediações que os articulam entre si, mas responde a ela levando em consideração o somatório desses fenômenos, uma relação de causa\efeito, próprio do pensamento abstrato.

O ser social, a partir desses três componentes ontológicos do cotidiano apresentará um pensamento e uma prática que se expressarão em um materialismo espontâneo e na validade de um conhecimento prático, ou seja, em um pragmatismo da vida social, pois os

(...) constrangimentos da dinâmica cotidiana exigem que os indivíduos respondam a eles sem pôr em causa a sua objetividade material (...) respostas funcionais às situações, que não demandam o seu conhecimento interno, mas tão – somente a manipulação de variáveis para a consecução de resultados eficazes (...) no plano da cotidianidade, o critério da utilidade confunde-se com o da verdade. (NETTO, 2000, p.68)

A heterogeneidade, a imediatividade e a superficialidade extensiva da vida cotidiana fazem com que o ser social se veja como um ser singular e realize as suas atividades no âmbito da singularidade, ele utiliza todas as suas forças para materializar suas objetivações, como um homem inteiro. Tal modo de ser não o possibilita ascender à sua dimensão genérica, para a universalidade do ser social, onde ele se vê como parte do gênero humano. A dimensão genérica do ser social

(...) aparece subsumida, na vida cotidiana, à dimensão da singularidade (...) a heterogeneidade própria à vida cotidiana tensiona o indivíduo de forma abrangente (...). (NETTO, 2000, p.68)

(...) Ele opera como um todo: atua, nas suas objetivações cotidianas, como um *homem inteiro* – mas sempre no âmbito da singularidade. Ora, o acesso à consciência humano-genérica não se realiza neste comportamento: só se dá quando o indivíduo pode superar a singularidade, quando ascende ao comportamento no qual joga não *todas as suas forças*, mas *toda sua força* numa objetivação duradoura (menos instrumental, menos imediata) (...). (Ibidem, p.69)

O acesso à consciência humano genérica não ocorre no nível do comportamento do cotidiano, ele requer uma objetivação duradoura, menos imediata e instrumental, onde o indivíduo irá colocar toda a sua força, onde ele suspenderá daquelas determinações da categoria do cotidiano, a heterogeneidade, imediatividade e superficialidade extensiva e passará a enxergar a sua particularidade, e desenvolverá procedimentos homogeneizadores, que é a esfera de mediação entre o singular e o universal, e a comportar-se como inteiramente homem, a sentir-se participante do gênero humano

(...) trata-se, então, de uma mobilização anímica que *suspende* a heterogeneidade da vida cotidiana – que *homogeneiza* todas as faculdades do indivíduo e as direciona num projeto em que ele transcende a sua singularidade numa objetivação na qual se reconhece como portador da consciência humano-genérica. Nesta suspensão (da heterogeneidade) da cotidianidade, o indivíduo se instaura como *particularidade*, espaço de mediação entre o singular e o universal, e comporta-se como *inteiramente homem*. (ibidem,p.69)

Os procedimentos homogeneizadores que possibilitam a suspensão do indivíduo à universalidade do ser social não suprime a vida cotidiana, esta não acaba, mas ele, após suspender, volta a ela modificado, retorna mais refinado, educado.

Suprime do seu modo de ser comportamentos preconceituosos, intolerantes, racistas, ele transcende a aparência do fenômeno e vê a sua essência.

As determinações da vida cotidiana fazem com que o ser social se perceba como um sujeito singular, possuidor de uma vida equacionada, e a não enxergar-se como ser universal, pertencente ao gênero humano. É o desenvolvimento de ações homogeneizadoras, da dialética cotidiano\suspensão, que possibilitará ao indivíduo desenvolver-se e constituir-se como ser genérico.

A questão central da teoria sobre o cotidiano é a apropriação da dinâmica histórico-social pelo homem enquanto ator social concreto e compreendido também quanto gênero humano em sua totalidade, para captar corretamente o movimento real do fenômeno social, da sua gênese, desenvolvimento até seu ponto complexo. Tal fato só foi possível depois de se recuperar temáticas marxistas como a práxis e a alienação, para se dar conta das transformações ocorridas no modo de ser e reproduzir dos indivíduos no cotidiano da vida na sociedade capitalista, das relações sociais contraditórias entre capital\trabalho e as refrações que esta relação acarreta na vida das pessoas, principalmente dos integrantes da classe trabalhadora.

A teoria social crítica possui um referencial teórico-metodológico que possibilita superar os limites do pensamento cotidiano do viés positivista e neopositivista, que estão repletos de analogismos, pragmatismos e materialismo espontâneo, e que identifica na objetividade dada imediatamente, a pseudoconcreticidade, a realidade concreta. Esta forma de pensar o cotidiano não apenas gera conceitos preconceituosos ou se faz apologias ao saber prático, como também

(...) A decodificação do cotidiano através de formas lógicas - e nexos causais – que só o repõem no plano do pensamento é, com efeito, a cilada a que não escapa a reflexão condenada a sacralizar a estrutura. (NETTO,2000,p.73)

Existem outras duas vertentes que pensam sobre o cotidiano, que são a sociológica e a antropológica.

(...) No geral operando ao nível descritivo – monográfico, tais abordagens atêm-se ao que há de perfunctório na cotidianidade. O

reducionismo de que se nutrem dilui todas as determinações estruturais e ontológicas da vida cotidiana, subsumindo-as ou num culturalismo que hipertrofia seus conteúdos simbólicos ou numa sucessão de eventos manipulados que promove a evicção das reais (e operantes) possibilidades de intervenção dos sujeitos sociais. (Ibidem, p.73)

O tratamento da cotidianidade pela teoria crítica, embasada nos fundamentos da teoria marxista, tem a perspectiva da totalidade, que retorna à filosofia clássica alemã, em especial, o método dialético formulado por Hegel, e o supera ao se fazer uma análise histórico-sistemática da processualidade social. Essa abordagem concebe o homem como ser prático e social, que se produz por meio das suas objetivações e se insere no coletivo e no intercâmbio com a natureza a partir do nível de desenvolvimento das forças produtivas na realidade sócio-histórica na qual vivencia.

Segundo Netto (2000) a perspectiva da totalidade configura-se como um posicionamento teórico-metodológico *stricto sensu* pois,

(...) o método não é um componente alienável da teoria. Ele não forja, também, independentemente do objeto que se pesquisa – é uma relação *necessária* pela qual o sujeito que investiga pode re-produzir intelectualmente o processo do objeto investigado, para apanhar o *movimento constitutivo do ser social* – e a reprodução intelectual deste configura a base da teoria mesma. O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, avança do empírico (os “fatos”) apreende as suas relações com outros conjuntos empíricos, pesquisa a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno – e reconstrói, no plano do pensamento, todo este processo. E, ao fim e ao cabo, por aproximações sucessivas regressa ao seu ponto de partida; mas os “fatos”, a cada nova e subsequente abordagem, mostram-se produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento macroscópico que os engendra e de que são índices. (NETTO, 2000, p.76)

Esse posicionamento teórico-metodológico utiliza-se do movimento histórico-dialético de negação-superação para compreender a realidade social, rompendo com a facticidade prática da vida cotidiana, é nisto que consiste o traço negativo deste método.

(...) Nada concebe ao empírico, ao dado – nega-o para apanhar o seu movimento, a sua tendencialidade. Contudo, ao apreender a historicidade dos processos simultaneamente às suas particularidades internas, preserva as suas especificidades. Donde a sua aptidão para operar o tratamento conseqüente e adequado da vida cotidiana: preserva o seu ser existente – espaço de reprodução do indivíduo enquanto tal -, reenviando-o ao processo que é o da produção do ser social como humano-genérico. (Ibidem, p.76)

A abordagem teórico-metodológica da cotidianidade do ser social a partir da totalidade do real e das mediações que a configuram, é a única abordagem teórico-analítica da realidade capaz de dar respostas efetivas para a compreensão dos modos de produção e reprodução do ser social sem a facticidade empírica na qual se dá a imediatividade da vida cotidiana, pois possibilita capturar o movimento constitutivo do ser social ao operar a abordagem histórico-sistemática dos processos sociais, sua gênese, desenvolvimento e incidência no cotidiano do ser social.

1.2.1 Categorias ontológicas centrais do cotidiano

O cotidiano apresenta duas categorias centrais, a totalidade e a mediação, que possibilitam compreender a dinâmica dessa esfera da vida do ser social, uma vez que ele é a fonte e o desaguadouro de toda experiência humana, o princípio e o fim onde se dá o modo de produção e reprodução do ser social e que requer um tratamento que só a teoria social crítica, com seu arcabouço teórico-metodológico é capaz de dar, pois é a única teoria cujo método busca na historicidade e na ontologia compreender o fenômeno social que se apresenta na imediatez do cotidiano, desde sua gênese e desenvolvimento, bem como as mediações que o compõem.

A teoria social marxista é ontológica porque busca compreender a realidade do ser social em sua produção e reprodução em toda a sua complexidade concreta e também porque se fundamenta no movimento histórico das relações sociais de produção, que é a forma como a realidade cotidiana se processa. Esta realidade por ser ontológica e histórica, constitui-se sempre como uma totalidade concreta.

A totalidade concreta é uma categoria essencial da realidade, e pode ser compreendida em suas múltiplas determinações por meio da razão teórica, que vai capturando pela via do movimento histórico-dialético as determinações do real que a constituem e por isto ela é concreta e também complexa. Isto demonstra que a totalidade não é o todo do fenômeno que se apresenta no cotidiano, mas

(...) significa, antes, a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fato, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido”(KOSIK,1969,apud NETTO,2000,p. 79).

A totalidade do real pode ser abstraída em sua forma imediata, abstrata, ou em sua verdadeira essência, uma totalidade concreta estruturada em suas múltiplas determinações por meio da razão teórica, mais especificamente, do método histórico-dialético.

(...) Vale dizer: a célebre assertiva concernente ao método que vai do abstrato ao concreto significa a captura das determinações (obtidas através da análise das relações efetivas) pela razão teórica; o concreto, pois, *não* se mostra faticamente, na empiria, imediatamente – é, justamente, a ultrapassagem da faticidade, a sua dissolução (evoque-se o traço *negativo* da razão em face do entendimento) na descoberta das determinações e relações; (...). É a superação do abstrato – este sim, pondo-se empírica, faticamente – que permite à razão teórica reconstruir e recapturar o concreto. (NETTO, 2000, p. 80)

A totalidade é uma das categorias centrais na teoria marxiana não só por ela possibilitar a compreensão da complexidade do real, em todo o seu movimento contraditório, mas, também, por ser através dela que as categorias reflexivas (lógico-dialéticas) são elaboradas pela razão teórica. E, dentre dessas categorias reflexivas a mais importante no sentido de ser aquela que promove a efetividade de todas as demais, sejam reflexivas ou do trabalho, é a categoria da mediação.

(...) Sem a mediação, de um lado, a própria estrutura da realidade, tomada como totalidade concreta estaria despida de sua inerente complexidade; e, por outro, a categoria (e a realidade ontológica) da negação – outro componente elementar da realidade e do sistema categorial – se esvaziaria. (NETTO, 2000, p.81)

A realidade em sua imanência é contraditória, as relações sociais desenvolvidas no cotidiano real, capturado pela razão teórica, constitui-se em uma complexidade que estruturam-se numa relação dinâmica entre os fatos que também possuem uma complexidade. O fenômeno social capturado, assim, é uma totalidade formada por fatos sociais em movimento que é dinamizado pelos processos de mediação.

(...) a totalidade é a concreta unidade (inidêntica) da interação de contradições e se apresenta constituída de complexos com maior ou menor grau de complexidade, ou seja, trata-se de uma complexidade de segundo grau – da totalidade em si e dos complexos que a constituem. Ora, a relação entre os complexos e no seu interior, na escala em que desborda o leito da conexão mecânica, unilinear e unidimensional, efetiva-se e garante-se por passagens e conversões –determinantes e determinadas – que se devem exatamente aos *processos de mediação*: neles se contêm “todas as forças, processos, etc., que determinam objetivamente o nascimento, o funcionamento e o ser –precisamente- assim de um complexo. (Ibidem, p.82)

A realidade se manifesta ao ser social em sua forma aparente, na sua forma empírica, imediata, abstrata, na qual todos os fenômenos envolvidos apresentam-se como um caos, daí se vem todas as categorias sociais do cotidiano, que contribuem para que o ser social tenha uma visão superficial da realidade, e haja a formação de preconceitos, distanciando-o de sua dimensão genérico-humana e viva na periferia da vida. Somente pela compreensão da realidade pela razão teórica é que o ser social conseguirá suspender do cotidiano e capturar as mediações que possibilitam a conexão das determinações que constituem o fenômeno e o “verá” de forma como ele realmente é, compreenderá a sua essência.

(...) (... a mediação, à diferença da imediaticidade, é não somente uma categoria reflexiva, do pensamento, mas também ontológica), a mediação expressa o alçar-se do entendimento (*verstand*) à razão (*vernunft*). Por outra parte, e em decorrência do estatuto diferencial das duas categorias, é extremamente importante observar que, na totalidade concreta, nenhum objeto – ou fato – é *realmente* imediato (isto é: nenhum objeto se põe ao pensamento sem que seja produto, resultado de mediações); o que ocorre é que, *para o sujeito cognoscente*, ele pode apresentar-se assim. A imediaticidade é uma função da consciência teórica e não um dado ontológico. (NETTO, 2000, p.82)

A totalidade e a mediação apresentam uma relação intrínseca, o que dinamiza a totalidade é a mediação, sem ela o real ficaria inerte, e a mediação, por sua vez, só tem razão de ser na ligação entre os complexos que constituem a totalidade do real, pois é ela que viabiliza o movimento dialético e a abstração desse movimento é que possibilitará a compreensão do fenômeno social em sua essência.

A centralidade da categoria de mediação reside em que – na estrutura ontológica da realidade e na sua reprodução pela razão teórica – só ela permite viabilizar a dinâmica da totalidade concreta. Na estrutura da realidade, é através do sistema de mediações que o movimento dialético se realiza. (...) Na reconstrução do movimento da totalidade concreta, é a categoria da mediação que assegura a alternativa da “síntese das muitas determinações”, ou seja, a elevação do abstrato ao concreto – mais exatamente, assegurando a apreensão da processualidade que os fatos empíricos (abstratos) não sinalizam diretamente. (NETTO, 2000, p.82-83)

Para a compreensão do cotidiano numa visão que vai além do imediato\factual é necessário compreender não somente as determinações que o dão forma, mas também a categoria de mediação no interior do método dialético e que se estrutura pelas determinações fundamentais da ontologia marxista, pois é a articulação das mediações entre si que dão dinamismo aos fatos cotidianos.

A categoria da mediação na perspectiva social crítica é uma das categorias centrais da dialética dentro da ontologia marxista do ser social, sendo inerente à qualquer realidade, e possui uma dupla dimensão, a ontológica e a reflexiva, que não são percebidas pelos sujeitos devido às determinações do cotidiano.

A mediação possui uma dimensão ontológica porque se remete a um determinado tipo de ser do homem na sociedade, está ligada ao próprio movimento das categorias do cotidiano do ser social, no seu processo de produção e reprodução da vida, tendo a categoria do trabalho, a centralidade da mediação entre o ser natural e o ser social, pois esta atividade ao proporcionar a sociabilidade humana, faz prevalecer as categorias do ser social.

Na dimensão ontológica a mediação se apresenta de forma objetiva, uma vez que ao estar apoiada no próprio movimento da realidade ela não se apóia em conceitos ideais, abstratos. “Volta-se, primordialmente, para os processos de produção e reprodução da vida humana, sendo que as representações que surgem na mente humana são reflexos do real captados como representações na consciência” (PONTES, 1995: 59, apud GUERRA, 2000, p.38)

Dentro ainda da dimensão ontológica da mediação está a primazia do ser sobre a consciência, uma vez que “não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.” (Marx, 1982:14, apud GUERRA, 2000, p.39) e o movimento do real, a historicidade do ser, é muito mais complexa do que o conhecimento que o sujeito constrói sobre si mesmo, pois é diferente do movimento que a razão realiza para capturá-lo.

(...) o caminho cognosativamente necessário, que vai dos elementos (obtidos pela abstração) até o conhecimento da realidade concreta, é tão-somente o caminho do conhecimento e não aquele da própria realidade. Esse último, ao contrário, é feito de interações reais e concretas entre esses elementos, dentro do contexto da atuação ativa

ou passiva da totalidade complexa. (LUKÁCS,1979:38, apud GUERRA, 2000, p. 39)

A razão é uma propriedade do ser social fundamental para compreender a totalidade complexa do real em sua processualidade histórica e intervir nela. Não é um ente à parte da história, mas a compõe e possibilita compreender também que a totalidade não é o somatório das partes mas sim, que se constitui de complexos menores.

(...) Cada complexo social ou totalidade parcial, se articula em múltiplos níveis e através de múltiplos sistemas de mediações a outros, levando-nos a uma seqüência real e também lógica, para entender a totalidade concreta. (GUERRA, 2000, p.39)

A outra dimensão da categoria mediação, a dimensão reflexiva, se opera para a compreensão da historicidade e sistematização da realidade objetiva por meio da razão. Esta propriedade do ser social o possibilita ultrapassar a imediatez, a aparência, do cotidiano e capturar racionalmente as mediações que articulam os fatos, complexos menores, e ao reconstruir o movimento destes pequenos complexos, entender a essência do fenômeno social que se apresenta no cotidiano caótico.

A razão para compreender a totalidade do real constituída por complexos menores articulados entre si por um complexo de forças com relações várias que atuam em conjunto, parte da observação empírica do fenômeno social, no seu inerente movimento dialético, e mediante aproximações sucessivas ao movimento do real e subsidiado pela teoria, ela captura a materialidade sintética das determinações que configuram a totalidade complexa, ou seja, ela conhece a realidade concreta.

(...) o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações (...) por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida (...) (Marx, 1982:14). Esse processo dialético de conhecimento obedece ao movimento que ascende do abstrato (real caótico) representação caótica do real ao concreto (real pensado), combinando representações ideais com observações empíricas. Os experimentos ideais (representações) referem-se ao movimento que a razão opera

para apreender reflexivamente o movimento das categorias histórico-sociais, desentranhando-as de sua forma imediata de aparecer no pensamento como fatos isolados. Dos experimentos ideais, retorna-se às observações empíricas, ou seja, ao contato com os dados do real, aonde se iniciou todo o processo. Nesse movimento, a razão vai capturando (sempre por abstração e aproximativamente) as determinações e desocultando os sistemas de mediações, que dão sentido histórico-social e inteligibilidade aos fenômenos sociais objeto de estudo. (PONTES,1995:73, apud GUERRA, 2000 p.39-40)

A compreensão dos fenômenos sociais pelo prisma do método dialético ultrapassa a concepção do real construída a partir das determinações do cotidiano, imediatividade, superficialidade, pragmatismo, e permite compreender tais fenômenos como complexos sociais marcados por forças sociais contraditórias que dão uma legalidade social à totalidade concreta de forma tendencial, porque a legalidade é resultado do movimento contraditório das forças presentes no real, entre os complexos que constituem a totalidade.

É por meio da razão que o ser social é capaz de entender a constituição da complexidade do real e das correlações de forças que interagem na realidade, bem como a preponderância de uma sobre a outra, a sua legalidade social, por meio do método que ultrapassa a dimensão abstrata do real, a sua facticidade, e captura intelectualmente as mediações subsumidas na realidade complexa, no seu próprio movimento. Esse método é o do pensamento dialético, que utiliza a tríade categorial singularidade-universalidade-particularidade para explicar o objeto.

Parte-se do entendimento de que o ser social (compreendido como totalidade) e seus complexos dinâmicos estão submetidos a uma dada legalidade social, resultado da própria processualidade daquele. Legalidade esta que, mesmo tendo um caráter de universalidade para o ser social, se expressa em cada complexo de modo particular, ou seja, uma dada lei histórico-social que se apresenta como uma *férrea necessidade* no dizer de Marx (1988:5), se manifesta em cada complexo determinada pelas necessidades e conexões internas dos fenômenos e processos sociais. (GUERRA, 2000, p.41)

A tríade categorial do pensamento dialético: singular-universal-particular está presente em todas as formas de sociabilidade do ser social, possui uma lei tendencial, que não é percebida pelo sujeito histórico na sua cotidianidade devido

ao modo como o conhecimento do real é construído no cotidiano, ele não ultrapassa a singularidade do real abstrato.

Na esfera da universalidade se encontram as grandes determinações e leis tendenciais de um dado complexo social. Leis e determinações estas que na esfera da singularidade ficam ocultas pela dinâmica dos fatos (imediaticidade\facticidade). Na esfera da singularidade cada fato parece explicar-se a si mesmo, obedecendo uma causalidade caótica.

Pode-se dizer que as mediações, que permitem a apreensão do movimento do ser social na sua historicidade e legalidade imanentes, estão ocultas aos sujeitos cognocentes: tanto a gênese histórica, quanto sua estrutura social, se encontram submersas na facticidade. (GUERRA, p.41-42)

A totalidade complexa do real, a universalidade, que é imanente ao cotidiano, não é capturada pela razão porque a vida cotidiana se movimenta no mundo do imediatismo, da singularidade. A sua captura ocorre no momento em que a razão, por meio do pensamento dialético identifica a particularidade do fenômeno social que compõe a totalidade e, como campo de mediação que é, revela que os fatos singulares ganham vida com as grandes leis tendenciais da universalidade e, dialeticamente, estas se singularizam na realidade.

A captura pela razão dos sistemas de mediações (ocultos sob os fatos sociais) permite por aproximações sucessivas ir-se negando à facticidade\imediaticidade, e desvelar-se as forças e processos que determinam a gênese (nascimento) e o modo de ser (funcionamento) dos complexos e fenômenos que existem em uma determinada sociedade. (GUERRA, p. 42)

As duas categorias centrais do cotidiano retiradas do movimento do real, nega todo fatorialismo e todo componente especulativo da análise da forma como ocorre o desenvolvimento do ser social, juntamente com as determinações ontológicas que explicam a categoria mediação no interior do método dialético, possibilitam à razão ultrapassar o conhecimento aparente do real e visualizar o fenômeno social em sua totalidade, por meio da conjugação de elementos ideais abstrativos com observações empíricas.

Assim, a partir da análise que a teoria marxista, fundamentada no método histórico-dialético, da forma como se dá a produção e reprodução do ser social, na sua crítica da economia política, tem-se a construção de um sistema categorial do modo de ser do ser social, que se pode compreender a complexidade da totalidade ontológica da realidade.

Capítulo 2 A cotidianidade do assistente social na execução da Política de Assistência Social

2.1 Política de Assistência Social brasileira a partir da década de 1990

A assistência social brasileira possui uma historicidade que, juntamente com as outras políticas sociais, está subordinada a interesses econômicos e pelo engessamento burocrático, acrescentando ainda o fato de ela ter sido por muito tempo ligada à cultura do

(...) favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como *não política*, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas. (Couto, Raichelis e Yazbek, 2010,p. 33)

Foi apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF\88) e com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 que a assistência social adquiriu o caráter de política de Estado e passou a ser abordada como direito social no âmbito das garantias de cidadania, como também foi inserida no campo da Seguridade Social e da Proteção Social Pública. Assim, o que a caracterizava como uma não política, com a CF\88 ela entra no

(...) campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como política pública e direito dos que dela necessitarem. Sem dúvida um avanço, ao permitir que a assistência social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo da Política Social. Como política de Estado, passa a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade. (Yazbek, 1995,p.10, apud idem)

Com a LOAS a assistência social foi firmada como direito não contributivo e função do Estado em assegurar a sua universalização e garantia de direitos de

acesso aos serviços e benefícios sociais, juntamente com o controle social, tendo por parâmetro de elaboração das ações dessa política a cidadania e a democracia.

As leis que instituíram a assistência social como direito de cidadania e dever do Estado em ofertar os serviços de proteção social a todos aqueles que dela necessitarem constituiu como política pública efetiva em 1998 com a promulgação da primeira Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Em 2004 teve a aprovação de uma nova PNAS, que só foi promulgada em 2011 pela presidenta Dilma, e no ano de 2005 teve a aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que trouxeram grandes avanços na operacionalização da política de assistência. Esta política materializou as diretrizes da LOAS e os princípios da CF\88 que a caracterizou como uma política social inserida no Sistema de Proteção Social Brasileiro, no campo da Seguridade Social.

A PNAS possibilitou a direção da assistência social fundamentada na justiça e no direito social, tendo como objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitam;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (MDS\PNAS, 2004, apud,Couto, Yazbek, Raichelis, 2010, p.39)

Com as alterações propostas pela PNAS na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle das ações de assistência social, esses objetivos da política serão alcançados com mais facilidade e maior objetividade quando se tem uma articulação com as ações das demais políticas sociais, pois potencializarão as ações socioassistenciais, para o enfrentamento das expressões da “questão social”.

A intersetorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a

implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais. (Ibidem,39)

A PNAS e o SUAS ampliaram a concepção de usuários da política ao trabalhar com a perspectiva de cidadãos e grupos que se encontram em situações de pobreza e vulnerabilidade social, numa visão multidimensional da pobreza que além das privações materiais, objetivas, trabalha também com as dimensões subjetivas, relacionais e culturais que influenciam na reprodução social dos sujeitos e de sua família.

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004, p.27) (ibidem, p.40)

A PNAS também inovou ao incorporar a abordagem territorial para o planejamento e execução das ações de proteção e promoção social e a matricialidade sociofamiliar que tem no núcleo familiar o foco da intervenção do trabalho social. A visão territorializada das ações trouxe para mais perto das famílias\ indivíduos que se encontram em situação de desproteção social decorrentes da desigualdade social e pobreza inerentes à sociedade capitalista, que na contemporaneidade tem se expandido mais, a organização do sistema de proteção social executado pelos equipamentos do SUAS. É uma abordagem inovadora pois entende o território:

-Como “espaço usado (Milton Santos, 2007), fruto de interações entre os homens, síntese de relações sociais;

-Como possibilidade de superação da fragmentação das ações e serviços, organizados na lógica da territorialidade;

-Como espaço onde se evidenciam as carências e necessidades sociais mas também onde se forjam dialeticamente as resistências e as lutas coletivas.(Ibidem, p.41)

A abordagem que a PNAS faz da matricialidade sociofamiliar é por entender ser a família o âmbito de mediação essencial da interação do sujeito com a sociedade, sendo um ponto polêmico da política, pois discute o conceito de família até o tipo de trabalho a ser oferecido.

O reforço da abordagem familiar no contexto das políticas sociais, tendência que se observa não apenas na assistência social, requer, portanto, cuidados redobrados para que não se produzam regressões conservadoras no trato com as famílias, nem se ampliem ainda mais as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que devem assumir, especialmente no caso das famílias pobres. (*Capacita Suas,2008, apud Ibidem, p.44*)

A Proteção Social nessa política estrutura-se em dois níveis de atenção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial (de média e alta complexidade) que se materializa nos diversos equipamentos do SUAS. As ações desenvolvidas em cada equipamento estão relacionadas ao grau de vulnerabilidade ou risco social ao qual o indivíduo\família está exposto.

A Proteção Social Básica trabalha com a promoção social e prevenção de situações de risco ou vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) ou de forma indireta e subordinada ao gestor da política de assistência por outras instituições da área de abrangência do CRAS, tendo como objetivos

(...) “prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e\ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, entre outras)” (PNAS, 2004, apud Ibidem, p.42)

A Proteção Social Especial trabalha com indivíduos\famílias que tiveram rompimento de vínculos familiares e comunitários e\ou violação de seus direitos que

se materializam em situações de abandono, privação, exploração, violência, entre outros. Os serviços desenvolvidos por este nível de proteção podem ser:

- de média complexidade: famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.
- de alta complexidade: são aquelas que “garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram sem referência, e\ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e\ou, comunitário” (PNAS, 2004, apud Ibidem)

A política de proteção social deve disponibilizar um conjunto de seguranças que promovam a acessibilidade aos direitos sociais como também previnam situações de riscos e vulnerabilidades sociais, bem como suprir necessidades advindas de problemas pessoais e sociais dos indivíduos\ famílias. A PNAS garante as seguintes seguranças:

- *segurança de acolhida*: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços adequados para a realização de ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e educativas. Supõe abordagem em territórios de incidência de situações de risco, bem como a oferta de uma rede de serviços e de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média ou longa duração.
- *segurança social de renda*: é complementar à política de emprego e renda e se efetiva mediante a concessão de bolsas-auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades, com presença ou não de contrato de compromissos; e por meio da concessão de benefícios continuados para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresente vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e\ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho.
- *segurança de convívio*: se realiza por meio da oferta pública de serviços continuados e de trabalho socioeducativo que garantam a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança, societários. A defesa do direito à convivência familiar, que deve ser apoiada para que possa se concretizar, não restringe o estímulo a sociabilidades grupais e coletivas que ampliem as formas de participação social e o exercício da cidadania. Ao contrário, a segurança de convívio busca romper com a polaridade indivíduo\coletivo, fazendo com que os atendimentos possam transitar do pessoal ao social, estimulando indivíduos e famílias a se inserirem

em redes sociais que fortaleçam o reconhecimento de pautas comuns e a luta em torno de direitos coletivos.

- *a segurança de desenvolvimento da autonomia*: exige ações profissionais que visem o desenvolvimento de capacidades e habilidades para que indivíduos e grupos possam ter condições de exercitar escolhas, conquistar maiores possibilidades de independência pessoal, possam superar vicissitudes e contingências que impedem seu protagonismo social e político. O mais adequado seria referir-se a *processos de autonomização*, considerando a complexidade e a processualidade das dinâmicas que interferem nas aquisições e conquistas de graus de responsabilidade e liberdade dos cidadãos, que só se concretizam se apoiadas nas certezas de provisões estatais, proteção social pública e direitos assegurados.

- *a segurança de benefícios materiais ou em pecúnia*: garantia de acesso à provisão estatal, em caráter provisório, de benefícios eventuais para indivíduos e famílias em situação de riscos e vulnerabilidades circunstanciais, de emergência ou calamidade pública. (Capacita Suas, 2008, apud Ibidem, p.43-44)

Embora os direitos de cidadania tenham sido reconhecidos e garantidos legalmente com a CF\88, na entrada da década de 1990 até os dias de hoje temos visto um processo de desmonte das Políticas Públicas Sociais, sobrepondo a política econômica sobre a política social, sendo este processo legitimado pela ideologia da Política Neoliberal.

Pois, se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social. (Ibidem, p.34)

A Política Neoliberal, com o seu tripé: privatização, descentralização e focalização, propõe limitar a intervenção do Estado na dinâmica dos mercados e diminuir suas funções sociais, uma vez que o “paradigma liberal suprime as causalidades propriamente sociais, os nexos econômicos e as determinações sociais da pobreza e, portanto, a responsabilidade pública pelos encargos do seu equacionamento” (Ibidem, p. 48).

O que tem ocorrido é a privatização de várias empresas estatais como também a mercantilização, da saúde e da previdência social, e delegando à Organizações Não

Governamentais (ONGs) as suas funções sociais, ou seja, descentralizando para as empresas ou para a sociedade civil o seu papel de proteção social, e, sendo as ações desenvolvidas pela Política de Assistência Social focalizadas para a pobreza extrema.

A transformação da realidade social na qual a sociedade brasileira tem passado desde o início da década de 90, o desemprego tomando dimensões estruturais, a redução das proteções sociais advindas do trabalho e a precarização das relações de trabalho, marcadas pela informalidade, tem alterado o perfil dos usuários da Política de Assistência Social e requerido o aumento de seus serviços.

Tendo como marco a Loas, observa-se que a PNAS, em vigor a partir de 2004, alargou o conceito de usuário da assistência social. O que significa incorporar, para além dos seus sujeitos históricos tradicionais – a população pobre considerada “inapta para o trabalho” que depende diretamente dos serviços públicos – grupos crescentes de desempregados e precarizados nos seus vínculos laborais que, embora “aptos para o trabalho”, são expulsos pelo cada vez mais reduzido e competitivo mercado de trabalho. (Idem, p.46)

Diante da ampliação da população usuária dos serviços e seguranças sociais ofertados pelo SUAS, esta política depara-se igualmente com o desafio de materializar-se nos diversos equipamentos que a compõe devido ao fato do seu financiamento que, embora seja de responsabilidade dos três entes federados, não se equipara com o aumento das demandadas nos serviços.

A PNAS com suas três funções, proteção social, defesa dos direitos e vigilância socioassistencial, embora se esteja vivendo um período histórico de ofensiva capitalista sob a égide neoliberal, é um grande marco para a política de assistência social no país, uma vez que as ações desenvolvidas por esta política, na letra da lei, deixam de ter um viés assistencialista, filantrópico e caritativo e passam a ser tidas como direitos segurados pelo Estado.

2.1.1 Política de Proteção Social: forma de intervenção do Estado sobre as refrações da “questão social”

A Política de Proteção Social possui uma historicidade marcada por conflitos e contradições sociais decorrentes do processo de acumulação capitalista a partir da organização da classe trabalhadora diante da incidência das refrações da “questão social” e a forma como o Estado responde a esta situação de pauperização desta classe e a emergência do movimento operário diante das refrações sociais oriundas da relação capital e trabalho, que se materializam nas desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas. A Política Social

(...) não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão.(IAMAMOTO e CARVALHO, 1995, p.77, apud Carrara, Carvalho e Monteiro, p.8)

A proteção social sempre esteve presente em todas as formas de sociedade, sendo destinada aos seus membros mais vulneráveis, de acordo com a ideologia predominante de cada época, sempre supondo a oferta de bens materiais e o acesso aos bens que possibilitam a sobrevivência e a integração na vida social, como os bens culturais, econômicos, sociais e simbólicos, sendo estes recursos desenvolvidos prioritariamente pelas comunidades e pelas ordens religiosas.

Com o advento do modo de produção capitalista, já no início da industrialização das cidades, na Europa, principalmente Inglaterra e França, as refrações da “questão social”, inerentes ao seu processo de acumulação, incidem sobre as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora, que não fica inerte diante desse processo de pauperização e se organiza para lutar por melhores condições sociais e laborais, demandando do Estado uma intervenção.

Assim, diante do aumento da exploração capitalista, o proletariado se organiza como classe trabalhadora e expõe suas reivindicações à esfera pública

demonstrando a perversa relação existente entre a sua precarização social e a forma como a economia capitalista se estrutura, a pauperização do operariado é proporcionalmente igual à riqueza que ele produz para o capitalista.

Os movimentos operários, que colocaram em evidência esse antagonismo social, levaram o Estado a inserir-se progressivamente no campo social, publicizando a “questão social” e elaborando mecanismos de intervenção na realidade social e trabalhista, por meio de serviços de proteção social e de legislações laborais.

A proteção social se efetiva ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista em diferentes tendências, que envolve a participação de instituições privadas, da família, na contemporaneidade, das Organizações Não Governamentais (ONGs), e do Estado no processo de produção e reprodução social. Sendo que o delineamento das políticas sociais voltadas para efetivação de direitos somente aconteceram quando o Estado passou a exercer suas funções coesivas, ou seja, na concessão de serviços e benefícios sociais.

As políticas sociais no século XX, a partir da crise econômica de 1929 ganham contornos com as idéias de Keynes. Ocorre, então, uma ampliação das funções sociais do Estado, bem como a função de regular as relações econômicas, delineando uma experiência histórica de um Estado que é mediador de um pacto entre os interesses do capital e da classe trabalhadora.

Após a Segunda Guerra Mundial consolida-se em alguns países da Europa um fenômeno sócio-histórico específico com o desenvolvimento de uma política social que legitimava a concretização de direitos sociais, no que ficou conhecido como Welfare State, Estado de Bem-Estar Social. Esse sistema de proteção social se fundamentava na noção de seguridade social, que se expressou em diferentes modelos e regimes, mas que, de modo geral, caracterizou-se pela responsabilização do Estado em assegurar a todos os cidadãos um padrão mínimo de vida através de um conjunto de serviços e benefícios em dinheiro ou em materiais.

No Brasil, o sistema de proteção social foi historicamente marcado pela lógica do favor, da caridade e do clientelismo, marcas das relações históricas herdadas da experiência colonial e de escravidão vivenciadas no país, expressas num primeiro momento da formação social brasileira, e ganhando corpo no século XIX, nas obras

assistencialistas, filantrópicas e de misericórdia executadas pelas ordens religiosas e pelas redes de solidariedade familiar.

Foi apenas entre 1930 e 1943 devido a alteração do modelo agroexportador para o modelo urbano-industrial, juntamente com a pressão do movimento operário na sua luta por melhores condições de trabalho e vida que o Estado reorganiza as suas funções sociais para lidar com as refrações da “questão social” e amplia a sua regulação ou provisão direta no campo da saúde, previdência, educação, moradia, saneamento básico. Nesse contexto, contudo, a cidadania estava atrelada ao mercado de trabalho, cidadão era aquele que tinha sua carteira de trabalho assinada e pertencia ao sindicato.

Esse sistema de proteção social se expandiu entre as décadas de 1970 e 1980, sendo esta expansão dos programas e serviços sociais utilizados pela Ditadura Militar para compensar o autoritarismo e a repressão aos movimentos sociais e sindical. Esta dinâmica, ainda na década de 1970, começa a se alterar, os movimentos sociais passam a questionar com maior vigor a política adotada pelo governo, estrutura-se um sindicalismo mais autônomo, tem-se também a criação de novos partidos e maior atuação daqueles que estavam na clandestinidade, e maior participação da Igreja. O que se questionava, além das liberdades democráticas, era a dívida social que se agravava durante a ditadura.

Os direitos de cidadania, no país, nas suas três dimensões, política, civis e sociais, só foram garantidos em Lei após quatro anos do fim da ditadura militar com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ao instituir o conceito de Seguridade Social formada pelo tripé: saúde, assistência social e previdência social, sendo esta de caráter contributivo e as duas primeiras de caráter não-contributivo.

No entrelaçamento das esferas política e econômicas da sociedade e que incide diretamente na esfera social, nos países centrais, desde a década de 1970, e nos países de capitalismo dependente, como o Brasil, a partir da década de 1990, tem-se o predomínio da ideologia neoliberal na política adotada pelos governos. Assim, embora a CF\88 seja o marco legal para a ampliação dos direitos sociais tendo em vista a sua universalização, a política econômica sob a égide neoliberal adotada pelo governo definiu uma nova configuração às políticas públicas sociais.

(...) esse processo de ampliação de direitos sociais rumo à universalização, que se construiu no âmbito do avanço da democratização da sociedade brasileira, passou a ser fortemente combatido e interrompido durante toda a década de 1990, quando o Governo brasileiro passou a adotar, tardiamente, o chamado projeto de desenvolvimento econômico, sob a orientação da ideologia neoliberal, na busca de inserção do Brasil na chamada competitividade da economia globalizada. Registra-se também forte reação das elites conservadoras no Congresso, impedindo a regulamentação dos direitos sociais indicados na Constituição de 1988. (Silva, Yasbek, Giovanni, 2012, p.27)

As conseqüências para o desenvolvimento econômico e social do país depois que os governos passaram a implementar o ajuste econômico foram catastróficas, houve um aprofundamento e ampliação da pobreza devido “a estagnação do crescimento econômico e a precarização e instabilidade do trabalho, o desemprego e o rebaixamento do valor da renda do trabalho”.(Idem) Bem como a elaboração de uma política de proteção social marcada por

superposição de objetivos, competências, clientelas-alvo, agências e mecanismos operadores; instabilidade e descontinuidade dos programas sociais; insuficiência e ineficiência, com desperdício de recursos; distanciamento de políticas e beneficiários; ausência de mecanismos de controle e acompanhamento de programas (Draibeet al., 1995), além do avanço de um movimento de privatização das políticas sociais mediatizado por nefasta articulação do Estado com o setor privado lucrativo, principalmente no que se refere às políticas de educação, saúde e habitação.(Ibidem)

Os parâmetros do projeto neoliberal para o Sistema de Proteção Social representam a partir dos anos de 1990 uma relação contraditória na política de bem-estar social no país, que no século XXI tem dado prioridade aos Programas de Transferência de Renda.

(...) Tem-se, de um lado, um avanço no plano político-institucional, representado, sobretudo, pelo estabelecimento da Seguridade Social e dos princípios de descentralização e de participação social, enunciados na Constituição Brasileira de 1988. De outro lado, tem-se, no plano da intervenção estatal no social, um movimento orientado por posturas restritivas, com a adoção de critérios cada vez de maior rebaixamento do corte de renda para a fixação da linha de pobreza, para permitir acesso das populações, por exemplo, aos Programas de

Transferência de Renda em grande expansão no Brasil, a partir de 2001. (...) (Ibiden, 30)

Diante dos ajustes econômicos realizados no país, das alterações dos direitos trabalhistas e das políticas sociais desenvolvidas pelo governo brasileiro e conseqüentemente, a pauperização de grande parte da população brasileira verificase que

(...) Nosso Sistema de Proteção Social tem se mostrado incapaz de enfrentar o empobrecimento crescente e a desproteção social de amplo contingente da população brasileira, sem lugar no mercado de trabalho ou sujeita a ocupar postos de trabalho precários, instáveis, sem proteção social e com remuneração cada vez mais rebaixada. Ademais, os programas sociais têm sido orientados, historicamente, por políticas compensatórias e desvinculadas das políticas de desenvolvimento econômico, cujos modelos só têm servido para incrementar a concentração de renda e a manutenção de uma economia centrada na informalidade, que exclui a maioria dos trabalhadores dos serviços sociais que deveriam atender à população mais carente. (Ibiden,p.32)

A realidade brasileira na entrada do século XXI, embora tenha ocorrido grandes ganhos na área social com a CF\88 no campo da Seguridade Social, e na assistência Social com a PNAS e o SUAS, tem demonstrado que há uma sobreposição da política econômica sobre a política social com o intuito de tornar o Brasil um país mais seguro, economicamente, em nome da competitividade internacional.

2.1.2 Política de Assistência Social pós Constituição Federal de 1988 e o Serviço Social

A política pública de proteção social, no âmbito da assistência social desenvolvida a partir da Constituição Federal de 1988 que instituiu um novo paradigma para os profissionais do Serviço Social ao firmá-la como política pública não contributiva no campo da Seguridade Social brasileira e reconhecê-la como direito social e dever do Estado de garanti-la a todos que dela precisarem.

A concepção de direito social da assistência social a partir da Constituição Federal de 1988 rompe com a lógica historicamente impregnada na trajetória da assistência social no Brasil, marcada pelas ações de assistencialismo, caridade, benemerência, clientelismo, de um período histórico da sociedade brasileira onde a cultura do favor e o patrimonialismo eram fortes dentro dos governos e da cultura política do país.

A Lei Orgânica de Assistência Social LOAS\93 reitera os preceitos constitucionais referentes à assistência social definindo ainda como sendo dever do Estado prover os mínimos sociais por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública para garantir o atendimento das necessidades básicas dos usuários dos serviços da política de assistência social e a materialização dos objetivos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). E, a partir do Sistema Único de Assistência Social SUAS e da promulgação das Normas Operacionais Básicas de 2005 e 2012 (NOB SUAS) teve a unificação das ações da PNAS em todo o território nacional, firmando uma nova base, a do acesso aos direitos constitucionais, para a relação existente entre o Estado e a sociedade civil.

Os assistentes sociais, como um dos profissionais que atuam nas Políticas Sociais, seja na sua operacionalização ou na sua elaboração, também têm um marco normativo que norteia as suas ações e os resguardam diante de conduta que tenha uma improbidade legal imposta por alguma instituição. Assim, as atribuições e competências destes profissionais são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662\93), bem como do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O perfil profissional do assistente social para atuar na Política de Assistência Social, principalmente no momento em que as políticas públicas sociais têm sido orientadas pela ideologia neoliberal e tem-se o desmonte das funções sociais do Estado, deve-se afastar das abordagens funcionalistas e pragmáticas que tratam as situações sociais como problemas pessoais, na singularidade/ facticidade do fato, que devem ser resolvidos individualmente ou ainda trabalhando a partir da psicologização das relações sociais que reduzem as demandas e necessidades dos usuários a problemas sociais, transferindo a sua proposta de resolução para a modificação de características pessoais dos indivíduos.

Como agente de intervenção junto à política de assistência social, o assistente social deve compreender as múltiplas expressões da “questão social” que se apresentam no cotidiano do seu trabalho social trazidas pelos usuários dos serviços, programas e projetos da assistência social a fim de não culpabilizar ou responsabilizar o indivíduo pela situação vivenciada desconsiderando as causas que estruturam as suas demandas, e nem cair no fatalismo ou no messianismo da profissão, visões deterministas e a-históricas da realidade, que engessam as ações profissionais, uma vez que são conduzidas por uma acomodação burocrática, rotineira e lamentável do trabalho social, e que reforçam a subjetividade do profissional numa vontade política que desconsidera as possibilidades e os limites contidos na realidade social dos indivíduos e conjuntural do país.

O Brasil, ao adotar as medidas de corte neoliberal nas políticas sociais não está operacionalizando a Política de Assistência Social de forma que atenda a todos que dela precisar, mas, as organizando nos limites das ações seletivas e focalizadoras nas situações de extrema pobreza, segundo as determinações da política neoliberal. A sobreposição da política econômica sobre a política social tem resultado em um crescimento exponencial das refrações da “questão social”, que não é vista pelo governo como sendo a relação contraditória entre capital e trabalho, mas questão de ausência de direitos, de acordo com a LOAS\93 ou tendo o seu enfrentamento na descentralização, como consta no texto da PNAS\04.(Carrara, Carvalho e Monteiro, 201 p.)

A realidade brasileira que tem se configurado a partir do desmonte das funções sociais do Estado e que se expressará no aumento da demanda dos serviços de

proteção social nos diversos equipamentos do SUAS irá requerer um profissional que atue na política de assistência social que consiga decifrá-la no seu cotidiano de trabalho, um profissional que seja propositivo e não somente executivo, que em sua intervenção junto aos usuários consiga ir além das ações imediatistas, pragmáticas e superficiais e seja capaz de capturar as mediações que articulam o fenômeno social que lhe é apresentado pelo usuário a fim de “construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir das demandas emergentes no cotidiano.” (IAMAMOTO, 1999, p.20,apud SILVA,p.158)

As dificuldades que estão sendo encontradas pelos profissionais que atuam na assistência social, principalmente os assistentes sociais, no seu cotidiano profissional não devem se configurar como um obstáculo para a sua intervenção, mas serem situações desafiadoras que necessitam um embasamento teórico-metodológico e crítico-reflexivo que o auxiliará na identificação das possibilidades e limites de uma intervenção comprometida com a universalização dos direitos e emancipação dos indivíduos.

2.1.3 Política de Proteção Social Básica – Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Equipe Volante

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como estrutura de gestão nacional da Política de Proteção Social requer a articulação dos três entes federados para a garantia da materialização e universalização da Política de Proteção Social que se organiza a partir de dois níveis de complexidade: a Proteção Social Básica, que é ofertada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, que é ofertado nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), sendo que estes dois equipamentos do SUAS podem manter uma rede de parceria com entidades e organizações sem fins lucrativo.

A Política Social Básica, por meio de uma série de serviços programas e benefícios, visa atender as necessidades sociais, individuais e coletivas daqueles que estão vivenciando situações de desproteção social e prevenir, ou ao menos minorar, situações de vulnerabilidade e risco social por meio de ações que potencializem e possibilitem o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários a serem desenvolvidos no CRAS. De acordo com a LOAS, 2011, artigo 6º-C2 o CRAS

é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias (Loas, 2011, art. 6º-C, apud BRASIL, 2016, p.34).

As ações a serem desenvolvidas nos CRAS devem possuir um caráter preventivo, protetivo e proativo. O embasamento das ações sobre estes três aspectos possibilitará a antecipação de situações de vulnerabilidade e risco social que podem vir a acometer ao indivíduo ou ao coletivo que estão relacionados ao ciclo de vida e vicissitudes sociais ou próprias dos sujeitos e que afetam a sua dignidade humana e a família, bem como a fragilização dos vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. As intervenções do trabalho social do CRAS devem apoiar, defender e garantir o acesso dos usuários do SUAS aos seus direitos.

Esta unidade pública do SUAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no seu território de abrangência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que disponha de espaço físico e equipe compatível. Quando desenvolvidos no território do CRAS, por outra unidade pública ou entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, devem ser obrigatoriamente a ele referenciados (BRASIL, 2009, p.9)

A equipe técnica desse equipamento do SUAS se deparará no cotidiano do seu trabalho social com múltiplas situações vivenciadas pelos usuários de vulnerabilidades associadas à suas necessidades objetivas e subjetivas somadas às suas dificuldades culturais e relacionais que interferem nos vínculos familiares e comunitários. Por isto o CRAS se afirma como unidade de acesso aos direitos socioassistenciais quando efetiva duas de suas ações, a referência e a contrarreferência. Sendo que,

A função de referência se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidade e risco social detectadas no território, de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS (municipal, do DF ou regional) ou para o responsável pela proteção social especial do município (onde não houver CREAS).

A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica. (Idem, p.10)

O CRAS é uma unidade da rede pública socioassistencial de Proteção Social Básica que tem a centralidade de suas ações em dois aspectos, o primeiro é na família devido ao reconhecimento por parte da política de assistência social que é responsabilidade do Estado a proteção social as famílias, e também compreende a família como “núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” e “espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias “ dos indivíduos” (Ibidem, p. 12) bem como um lugar de conflitos, tendo cada família sua dinâmica própria ligada ao seu contexto social e econômico . Por isto os serviços e benefícios são voltados para a matricialidade sociofamiliar, respeitando esta diversidade de modos de viver existentes no âmbito familiar.

A **matricialidade sociofamiliar** se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consangüíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica. (Ibidem, p.12)

O segundo é na territorialização de suas ações, sendo o território concebido para além da delimitação espacial, pois constitui-se como um espaço humano habitado permeado por relações de solidariedade, mas igualmente conflituosas e de luta. Contudo, se no território é o lugar onde se materializa as desigualdades sociais, é neste espaço que se encontram as possibilidades de enfrentamento destas mesmas desigualdades e desenvolver as potencialidades existentes na comunidade.

A **territorialização** refere à centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e conseqüente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território. (Ibidem, p.13)

A compreensão das heterogeneidades e das particularidades de cada usuário/famílias, bem como das situações de vulnerabilidades sociais que não se restringem apenas ao convívio familiar, abrangendo também relações comunitárias, as denominadas vulnerabilidades relacionais, presentes em cada território, auxiliará os profissionais da proteção social básica, principalmente os assistentes sociais, a identificarem situações de desproteção social existente na dinâmica dos territórios e no próprio âmbito privado para que aqueles que se encontram em tal situação tenham seus direitos garantidos. Assim, é importante perceber que,

(...) as situações de vulnerabilidades relacionais contribuem para compreensão das situações de violência, exploração e preconceito produzidos em razão de discriminações e outras formas de intolerância por questões etárias, de raça e etnia, gênero, deficiência, dependência química, especialmente quando combinadas entre si e com condições específicas dos grupos como ocorre com as pessoas com deficiência e idosas. Desta forma, crianças, os adolescentes, as mulheres, os homossexuais e os negros são considerados como os grupos mais vulneráveis às situações de violência, como maus tratos, abuso sexual, aliciamento para práticas delituosas e uso de drogas. (BRASIL, 2016, p.37)

A identificação dessas situações no cotidiano de trabalho no CRAS deve ser fonte de inspiração para que a equipe multiprofissional possa, executar o trabalho social com as famílias a partir do Programa de Assistência Integral as Famílias (PAIF) e dos demais serviços socioassistenciais disponíveis na rede SUAS, fazendo os devidos encaminhamentos dos casos para cada serviço, e, com as ações de promoção social, desenvolver a autonomia e a emancipação dos usuários do serviço, respeitando as possibilidades de cada um.

No CRAS são disponibilizados os serviços de proteção social básica que visam a promoção social e a prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social que atingem os indivíduos\famílias, principalmente daquelas que estão inseridas no PAIF. Fazem parte deste nível de gestão da política de assistência social a oferta de benefícios e programas como os Benefícios Eventuais, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF), e programas estaduais e municipais de transferências de renda; além dos Programas Promoção do Acesso ao Mundo do trabalho - Acessuas Trabalho, BPC na Escola e BPC Trabalho.

O CRAS caracteriza-se por ser a porta de entrada do indivíduo\família à política de assistência social e também das outras políticas de proteção social, assim este equipamento do SUAS é responsável pela articulação da entrada daqueles que estão vivenciando a violação dos seus direitos ou buscando algum serviço para suprir suas necessidades na rede socioassistencial, bem como a promoção desta articulação intersetorialmente, possibilitando dessa forma o provimento de um conjunto de garantias sociais que possam cobrir, reduzir ou prevenir situações de desproteção social.

O CRAS por ser o equipamento do SUAS que materializa a proteção social básica no âmbito do território por meio dos serviços, programas e projetos para aqueles que dela necessitam deve localizar-se em áreas que concentram maior número de famílias que estão vivenciando situações de vulnerabilidade e risco social, sendo que a maior parte destas famílias residem em territórios onde o nível de pobreza é alto, ou seja o fator econômico é determinante na relação proteção\desproteção social.

Nos municípios de pequeno porte I e II, o CRAS pode localizar-se em áreas centrais, ou seja, áreas de maior convergência da população, sempre que isso representar acesso mais facilitado para

famílias vulneráveis, das áreas urbanas e rurais. Todavia, essa escolha deve ser criteriosa, e não uma regra, já que os municípios são bastante distintos uns dos outros. A dispersão territorial, características mais urbanas ou rurais, presença de população indígena, dentre outros, tornam cada município único e, por conseguinte, com necessidades específicas. Assim, alguns municípios de pequeno porte optarão pela instalação do CRAS no centro da cidade, enquanto outros decidirão implantar o CRAS em território vulnerável, afastado do centro da cidade. Outros ainda constatarão a necessidade de mais de um CRAS para cobertura dos territórios.

Nos municípios de médio e grande porte, bem como nas metrópoles, o CRAS deve situar-se nos territórios de maior vulnerabilidade. Em caso de impossibilidade temporária (não existência de imóvel compatível, grande incidência de violência, dentre outros), a unidade deve ser instalada em local próximo ao território de abrangência, a fim de garantir o efetivo referenciamento das famílias em situação de vulnerabilidade e seu acesso à proteção social básica. (BRASIL,2009,p.34)

O porte do município indicará também o número de unidades que comporão a rede de proteção social básica, como também o número da população residente no território de abrangência do CRAS indicará a sua composição técnica. Sendo que ambos fatores estão determinados na Norma de Operação Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB SUAS de 2005. Isto buscará garantir a universalização da Proteção Social, embora se tenha a questão do Fundo Público destinado a esta política, uma vez que ele é insuficiente para atender o aumento das situações de desproteção social crescente no país.

O CRAS possui a singularidade dentro do SUAS por ser a única unidade que exerce as funções de proteção básica no seu território e a oferta do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Este programa consiste no desenvolvimento de atividades que fortaleçam e potencializem os vínculos familiares e comunitários das famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social.

O PAIF é o principal serviço de Proteção Social Básica, ao qual todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se, pois confere a primazia da ação do poder público na garantia do direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial, um dos eixos estruturantes do SUAS.(Ibidem, p.31)

Outros serviços também compõem o trabalho social com as famílias na unidade de atenção social básica e são complementares ao PAIF. Esses serviços estão regulamentados pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais

(Resolução CNAS nº 109/2009) e reordenado em 2013 (Resolução CNAS nº 01/2013), e estão pautados na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades das famílias\indivíduos que os auxiliam no enfrentamento de suas vulnerabilidades sociais, buscam promover o desenvolvimento de suas potencialidades por meio da oferta de ações que garantam as seguranças de acolhida e convívio familiar e comunitário.

Com esses objetivos e de acordo com as orientações contidas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, os serviços de proteção social básica, além do PAIF estão organizados para ofertarem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Ou seja, o trabalho social desenvolvido no CRAS está organizado também de modo a atender às necessidades dos usuários considerando as especificidades dos ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos), de forma que estimule as trocas culturais e o compartilhamento de vivências, desenvolva junto aos usuários o sentimento de pertença e de identidade e fortaleça os vínculos familiares, sempre sob a perspectiva de incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.

O CRAS deve localizar-se em áreas onde o grau de incidência de situações de vulnerabilidade e risco social é alto. Contudo, fazer o diagnóstico dessas situações requer um estudo do território bem detalhado, e várias são as dificuldades para este reconhecimento socioterritorial que vão desde informações de difícil mensuração até a ausência de estatísticas nacionais para situações de violência, negligência e abandono. Por isto a NOB SUAS\05

Ao reconhecer esta dificuldade, a NOB-SUAS admite que os CRAS sejam instalados, prioritariamente, em territórios com maior concentração de famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, uma vez que as vulnerabilidades sociais podem ser agravadas pela situação de empobrecimento das famílias. Em geral, territórios com concentração de famílias pobres são mais vulneráveis pois, desprovidos de serviços, o que evidencia a necessidade de uma maior atenção do Estado. (Ibidem,p.33)

Para cumprir dois princípios da PNAS referentes ao direito de acesso do indivíduo aos serviços, programas e benefícios sociais dessa política, a universalização dos direitos sociais e a igualdade de acesso, o SUAS estabelece que no

(...) caso de territórios de baixa densidade demográfica, com espalhamento ou dispersão populacional (áreas rurais, comunidades indígenas, quilombolas, calhas de rios, assentamentos etc), o CRAS deverá instalar-se em local de melhor acesso para a população e poderá realizar a cobertura dessas áreas por meio de equipes volantes ou de unidades itinerantes, responsáveis pelo deslocamento dos serviços.(BRASIL,2009,p.35)

A equipe volante tem sua normatização também na Resolução CNAS nº109, de 2009, que rege sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e sua operacionalização na Norma operacional Básica – NOB\ SUAS\05. Em 2011 foi promulgada a Resolução nº 26 que aprova os critérios de expansão dos serviços de Proteção Social Básica, principalmente o PAIF e a equipe volante no Distrito Federal e nos municípios, como também estabelece o cofinanciamento federal desses serviços.

Para as famílias residentes nesses territórios e que vivem em situação de extrema pobreza o gestor municipal da política da assistência social deverá instalar uma unidade do CRAS em um local de fácil acesso para as famílias a ele referenciadas e realizar a cobertura dos territórios de difícil acesso por meio de equipes volantes e unidades itinerantes, que ficarão responsáveis em levar os serviços à população desses territórios. A equipe realizará o trabalho social da proteção social básica com as famílias de modo planejado, continuado, monitorado e avaliado.

As equipes volantes podem existir em regiões nas quais há a instalação de um CRAS que deve cobrir uma área grande, ou mesmo populações dispersas, como municípios com Povos e Comunidades Tradicionais. Já os CRAS itinerantes, constituídos de embarcações, podem ser criados em situações específicas, nas quais sua fixação territorial é impossibilitada devido às características naturais do território onde as famílias referenciadas residem, tais como calhas de rios e regiões ribeirinhas. (BRASIL,2009 p.35)

A equipe volante é uma equipe técnica de uma unidade fixa do CRAS, e constitui-se como uma equipe adicional que ampliará para os territórios com peculiaridades de isolamento, extensão territorial e difícil acesso os serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica para aquelas famílias que vivem em situações de risco e vulnerabilidade social, principalmente aquelas que estão em extrema pobreza.

2.2 O cotidiano como fonte e desaguadouro da intervenção dos assistentes sociais

O Serviço Social se insere na divisão sociotécnica do trabalho como uma profissão direcionada a atuar no campo social no intuito de mediar a relação contraditória entre capital e trabalho, atendendo as necessidades de ambos.

O Serviço Social caracteriza-se por ser uma profissão interventiva, tendo por objeto as refrações da “questão social”. Os seus profissionais, os assistentes sociais, têm uma peculiar inserção socioinstitucional por lidarem cotidianamente com uma multiplicidade de situações vivenciadas pela classe trabalhadora derivadas da relação social de produção capitalista, que é de exploração de sua força de trabalho, e que incidem na particularidade de suas vidas, seja nas questões relacionadas à habitação, saúde, alimentação, machismo, homofobias e na renda, principalmente a questão do desemprego, como também na sua forma de enxergar a realidade, uma vez que estamos inseridos em uma cultura alienada.

A teoria social crítica sobre o cotidiano e a identificação dos elementos ontológicos da categoria mediação pelo método dialético singular-universal-particular, subsidiará os assistentes sociais a exercerem uma intervenção que ultrapasse o atendimento imediato das demandas dos usuários e das demandas institucionais que lhes chegam no seu cotidiano de trabalho.

O assistente social, devido à sua peculiar inserção socioinstitucional, coloca-se em contato com vários níveis da realidade, que aparecem no plano da singularidade na forma de fatos\problemas isolados, de tipo: individuais, grupais e\ou comunitários. Considerando que ele se encontra num contexto institucionalizado, sua aproximação aos fatos\problemas se dá por uma determinada demanda institucional, que é a representação da requisição dos resultados esperados para o trabalho profissional, dentro de objetivos e perfil ideológico organizacionais. (GUERRA, 2000, p.45)

No cotidiano do trabalho social na instituição o assistente social vivencia o mundo da imediaticidade. O usuário lhe apresenta uma demanda que está no plano da singularidade, e a instituição, lhe cobra resultados com um fim em si mesmo, despidos de mediações que lhe conferem um sentido totalizante e não contribuem

para a efetiva transformação da qualidade de vida dos usuários. Neste nível de conhecimento da realidade, em sua singularidade, na aparência do fenômeno social, em sua facticidade, a complexidade social que a conecta a universalidade e, confere a particularidade deste fenômeno, fica oculta.

A ação profissional deve ultrapassar o plano empírico do real, os fatos\problemas individuais. O profissional precisa ter o conhecimento e o controle das informações pertinentes ao fato que ocasionou a procura da pessoa ao serviço. Ele identificará a rede de mediação que materializa a compreensão desses fatos\problemas pois, ela não se encontra à mostra, mas aparece desconexa e indeterminada, na singularidade do fenômeno. O assistente social ao analisar o seu objeto de intervenção pelo ângulo da singularidade não ultrapassará as demandas institucionais.

Para que o assistente social consiga ultrapassar o plano da singularidade do real é preciso que ele faça a ligação do fato apresentado na demanda do usuário com as demandas universais da realidade.

(...) faz-se necessário apreender que as grandes leis e/ou categorias históricas do ser social podem estar interferindo nesse ou naquele problema social\fenômeno que se está enfrentando. Necessita-se apreender como se construiu e como funciona o *campo de mediações* de nossa intervenção profissional. Numa palavra, é necessário capturar, no próprio cotidiano (seja na vida privada ou profissional), a interferência das forças, das leis sociais, percebendo realmente sua concretude e visibilidade. (GUERRA, 2000, p. 46)

Após a aproximação do fato com a legalidade social, o assistente social deve dar continuidade ao processo dialético de conhecimento da realidade, ele deve voltar à singularidade do fato, apreendendo cognitivamente e ontologicamente os seus processos complexos dissolvidos e ocultos na facticidade e particularizá-lo na realidade da vida do usuário e elaborar o plano de ação a ser desenvolvido com ele.

A categoria da particularidade possibilitará ao assistente social identificar a objetivação das leis sociais tendenciais da universalidade no cotidiano de vida dos sujeitos que vão à instituição com suas demandas individuais, desingularizando-as, respeitando o movimento dialético singularidade-universalidade-particularidade

fundamentado no campo de mediação capturado por ele. Sua intervenção ao superar a aparência do fenômeno, se processará no nível do concreto pensado e adquirirá uma dimensão analítico-operacional na singularidade das demandas dos atendimentos individuais ou de grupo.

Quando um problema de um agrupamento de pessoas (ou até de um único indivíduo) que vive num mundo isolado, portanto, abstrato, passa a ser compreendido como pertencente a tantos outros indivíduos, grupos, povos etc. (segmentos sociais), então, aquela situação única, que se afigurava no plano da singularidade como problema *individual-familiar*, mediatiza-se. Essa mediação se dá pelas *leis sociais* e particulariza pelas *determinações históricas*, ganhando, por aproximações sucessivas, concretude no entrecruzamento dos complexos sociais que compõem a realidade. (GUERRA, 2000, p.47)

O conjunto das determinações legais da universalidade e dos complexos sociais ocultos nas demandas dos usuários, ao ser capturado pelo assistente social por meio do método dialético, ganha visibilidade e o possibilita superar as restrições de sua ação ligadas à organização institucional, expressadas nos seus projetos e programas e que ocultam o poder institucional, por conseguir alcançar as categorias histórico-sociais mais amplas e repletas de determinações sociais.

Esse movimento que o sujeito (conhecedor e interventor) opera articulando representações ideais e observações empíricas (movimento intelectual-ontológico, que o sujeito cognocente\interviente opera primeiro na razão e depois na realidade, ação), permite a *(re)construção do objeto de intervenção profissional*. Em outras palavras, a compreensão e apreensão das legítimas demandas sociais se expressam na particularização dos vários sistemas de mediação presentes. Esses *sistemas de mediações* compõem-se de categorias históricas concretas e/ou leis sociais que se manifestam na realidade vivida, tais como: - processo produtivo dentro de um contexto espaço-temporal; das construções da cultura, da linguagem; das relações entre forças sociopolíticas presentes; - da constituição das instituições, do mercado, do Estado, dos partidos, dos sindicatos; - dos movimentos sociais e de sua rede organizacional; - da rede de serviços sociais privado-filantrópica; e um etc. (GUERRA, 2000, p.48)

A identificação do complexo social do objeto de intervenção do assistente social, que se mostra rico em determinações histórico-sociais particularizadas, abre um horizonte de particularidades para a sua ação profissional, porque todo processo

realizado pela razão na captura das mediações que articulam os fatos singulares do cotidiano, o movimento do seu objeto de intervenção, e sua ligação com a legalidade social da universalidade para se chegar à sua particularidade, está condicionada pela dialética necessidade-possibilidade, ela ocorre dentro de um possível histórico presente na realidade.

2.3 Apresentação do cotidiano do trabalho social realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Equipe Volante – Distritos Mariana – Contribuições da teoria do cotidiano para o desenvolvimento do trabalho Social com as famílias dos Distritos de Mariana

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Equipe Volante – Distritos atende aos Distritos e sub-distritos do município de Mariana, que somam-se ao todo 25 regiões territoriais, sendo a maioria pertencente a zona rural. A equipe volante do CRAS-Distritos de Mariana foi criada em 2009 com o nome de Serviço de Atendimento Social Itinerante – SASI, sendo o município contemplado em 2012 com a expansão dos serviços, conforme orientação do Ministério de Desenvolvimento Social e Cidadania, passando a ser intitulado como Equipe Volante, sendo desmembrado da Equipe Volante – Bairros, em Janeiro de 2017, e, está vinculado ao CRAS – Cabanas.

A política de assistência social de Mariana - MG está em consonância com a Resolução nº26 de 2011 que prevê a expansão dos serviços da Proteção Social Básica para áreas de abrangência do CRAS de grande extensão territorial, bem como a mudança do nome, porque não se trata de uma unidade móvel, como é o CRAS Itinerante e que são usados em comunidades ribeirinhas, mas um serviço de uma unidade fixa da proteção social básica (o CRAS) que leva o serviço socioassistencial às comunidades rurais e de grande espaçamento populacional do município. Um contraponto com a resolução é que a equipe volante deveria estar integrada a uma unidade de CRAS, compondo mais uma equipe de referência que prestaria o serviço de trabalho social com as famílias, contudo essa equipe possui uma sede fixa e tem um coordenador próprio.

A Equipe Volante – Distritos foi criada com a finalidade de fazer a cobertura de toda a extensão rural/ distrital do município, ofertando os serviços disponibilizados pela proteção básica da política de assistência social para aqueles que dela precisam, desenvolvendo todos os serviços ofertados por este nível de complexidade às famílias referenciadas, principalmente, aquelas que apresentam vulnerabilidades socioeconômicas ou se encontram em situação de risco social.

A utilização da teoria social crítica sobre o cotidiano poderá auxiliar a equipe técnica a compreender as peculiaridades dos territórios e as correlações de força existentes nele, bem como as possibilidades e limites de uma intervenção profissional comprometida com a emancipação social dos sujeitos.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, de 2009, constituem usuários dos serviços e benefícios ofertados pelo CRAS as famílias territorialmente referenciadas, que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento dentre outra situação de vulnerabilidade e risco social. Esta descrição do perfil das famílias referenciadas reflete na ampla maioria dos usuários da Equipe Volante CRAS - Distritos de Mariana.

A Equipe Volante CRAS - Distritos tem em seu território de abrangência 2.040 famílias referenciadas, sendo, até o período que estagiei na unidade, 175 famílias atendidas pelo recebimento do benefício de alimentação na forma de cesta básica.

A equipe volante CRAS - Distritos de Mariana é composta por quatro profissionais: uma coordenadora formada em direito, uma assistente social, uma educadora social de nível superior e um educador social de nível médio, sendo o vínculo empregatício das duas primeiras por concurso público e os dos dois últimos contratados por processo seletivo realizado pela Prefeitura.

Juntamente com essa equipe do CRAS existe outra equipe de profissionais que realizam o trabalho social com as famílias para a Prefeitura mas que foi contratada por meio de contrato temporário terceirizado, pela SAMARCO, chamada: Serviços Médicos Especializados – SME, composta por duas psicólogas e uma assistente social, para atender as famílias atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão ocorrido em 2015, e que agora se integrou a composição técnica da equipe volante, sendo os distritos divididos entre cada uma, ou seja, cada profissional é o técnico de referencia de uma área, sendo, assim, responsável pelo atendimento e oferta da PSB às famílias referenciadas que residem no distrito de sua responsabilidade.

O público-alvo atendido pela equipe é em sua maioria rural, sendo as refrações da “questão social” um reflexo das relações sociais mantidas no campo, e desenvolvem atividades no mesmo meio. Muitas famílias relatam não terem renda

definida devido a falta de trabalho nos locais onde moram e viverem com a renda do Programa Bolsa Família e/ou Benefício de Prestação Continuada e com a ajuda de outros integrantes da comunidade, tendo dificuldades de proverem o sustento de seus membros.

Existem também no território famílias retiradas de seu território de origem devido ao rompimento da barragem do Fundão, famílias com moradias precárias, famílias pertencentes à comunidade quilombola, mas que não se reconhecem como tal, por isto tem-se até mesmo dificuldade em desenvolver o trabalho social com famílias remanescentes de comunidades tradicionais como é preconizado na política de assistência, famílias que vivem em contexto de extrema violência, com tráfico de drogas, violência e negligência doméstica, prostituição, famílias que têm integrantes idosos ou com problemas de saúde e que requerem apoio e cuidados especiais, dentre outras características oriundas da “questão social”.

Estavam sendo realizadas pela equipe, até o fim do período de estágio que permaneci na unidade, atividades de grupos de convivência em três distritos, sendo dois grupos de mulheres e um de adolescentes. Nenhum outro projeto ou plano de ação foi desenvolvido pela equipe devido a insegurança da estabilidade das profissionais vinculadas à SAMARCO. Mas como houve a renovação do contrato delas já se tem feito reuniões para sistematizar o trabalho social com as famílias. Isto confirma a dificuldade de se realizar um trabalho social com as famílias que tenha continuidade não somente pela rotatividade dos profissionais, mas também pela dificuldade que isto gera na formação de vínculos com os usuários dos serviços.

Quanto ao Serviço de Proteção Integral à Família – PAIF – que é considerado a pedra fundamental da política de assistência social, não está tendo atualmente a sua operacionalização quanto atendimento e acompanhamento das famílias, de maneira proativa, protetiva, preventiva e territorializada, fundamentalmente porque a prefeitura de Mariana não realiza o serviço de vigilância socioassistencial que identifica os territórios que apresentam situações de vulnerabilidade e risco social e faz o mapeamento da rede socioassistencial da região, e a equipe tem dificuldade de realizar a função de reconhecimento do seu território por este ser muito extenso, não ter um carro disponível para o serviço, e também porque não há a

descentralização das informações do CadÚnico e nem o seu repasse ao CRAS-Distritos para o acompanhamento das famílias.

A equipe volante depara-se com várias refrações da “questão social” no seu cotidiano. Há situações de violência doméstica contra a mulher e idosos, questões habitacionais, como reforma da casa e aluguel social, muita situação de desemprego e ausência de renda, questões alimentícias que se manifestam pela demanda do acesso ao benefício auxílio alimentação na forma de cesta básica pelas famílias, dos programas de geração de renda e formação profissional, dentre outras. Observa-se também que a estas refrações da “questão social” soma-se uma forte relação de coronelismo em alguns distritos rurais.

O cotidiano do trabalho social no CRAS-Distritos tem sido marcado por ações pontuais e imediatas, próprias de uma análise superficial da realidade, e que encontra dificuldades materiais e subjetivas para a operacionalização de um serviço que garanta a efetivação das seguranças sociais estabelecidas na Política de Assistência Social, sendo quatro pontos marcantes para que isto: 1) ocorra que são os técnicos da equipe ficam muito presos no atendimento individual para avaliação socioeconômica das famílias referenciadas para o recebimento de cesta básica; 2) a ausência de um veículo próprio para a unidade; 3) a falta de conhecimento dos territórios que têm maior índice de situações de risco e vulnerabilidade social e o mapa da rede de serviços sociais desenvolvidos em cada território por parte dos profissionais do CRAS e, 4) a falta de capacitação da equipe técnica.

A distribuição e o exercício do poder na equipe volante – CRAS Distritos configura-se de forma participativa, cada profissional tem liberdade e possibilidade de expor suas idéias e opiniões sobre as ações a serem desenvolvidas com as famílias sem serem rechaçadas pela coordenadora da unidade ou outro profissional. Um aspecto negativo da equipe é a ausência de um tempo reservado na semana para a discussão dos casos e elaboração do plano de ação. Isto dificulta a sistematização do atendimento e o alcance do objetivo da PSB, pois ao se fazer uma análise superficial dos casos não se capturam as mediações que os estruturam, a totalidade complexa do fenômeno e, assim, não se reconhece a sua particularidade.

No trabalho social com as famílias no CRAS, é preconizado pela política de assistência social, a participação dos usuários na elaboração e execução das ações desenvolvidas pela instituição. No CRAS Distritos esta participação ocorre nos grupos de convivência que estão sendo realizados nos próprio Distritos.

A assistente social da Equipe Volante CRAS – Distritos, acompanhada em seu cotidiano profissional, trabalha essencialmente com o acolhimento das demandas dos usuários do seu território de referência e que comparecem na sede para terem suas necessidades atendidas. As demandas dos usuários se configuram principalmente em três questões: na requisição do benefício auxílio alimentação na forma de cesta básica, em questões habitacionais e a geração de renda, por meio dos programas/ projetos municipais de assistência social como o Programa de Inclusão Produtiva para mulheres e o Serviço de Formação Profissional para os jovens.

Os principais recursos técnico-operativos utilizados no processo de trabalho da assistente social acompanhada no período de estágio são os atendimentos individuais com às famílias que comparecem na unidade, a avaliação socioeconômica das famílias cadastradas para o acesso ao benefício alimentação, concessão de cestas básicas, entrevistas, encaminhamentos para a rede sociassistencial ou setorial, e visitas domiciliares.

A efetivação de um trabalho social de qualidade pela profissional, tem tido alguns limites institucionais, que se configuram na ausência de infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades, como por exemplo, computadores com acesso à internet, falta de um veículo próprio para a unidade, na fragmentação e seletividade dos programas sociais da prefeitura e diminuição dos recursos financeiros destinados à assistência social, uma realidade institucional que reflete as determinações da política neoliberal, e que contribuem para um trabalho social cada vez mais distante do projeto ético político da profissão.

A teoria social crítica sobre o cotidiano alinhada ao método dialético auxiliaria os profissionais da equipe volante CRAS-Distritos, e principalmente a assistente social que me acompanhou no estágio, a fazer uma análise da realidade dos distritos, compreender as particularidades de cada território e das famílias (manifestação da

questão social na área rural, as correlações de força existentes), associando à conjuntura municipal e nacional no que se refere ao direcionamento dos recursos destinados à Política de Assistência Social e a própria elaboração da política sob a égide da ideologia neoliberal, e voltar à realidade dos Distritos com o intuito de realizar uma intervenção fundamentada na dialética necessidade-possibilidade.

Conclusão

A teoria social crítica do cotidiano é um importante instrumento teórico-reflexivo na práxis profissional do assistente em qualquer campo de atuação por possibilitar que ele reproduza intelectualmente o processo do seu objeto de intervenção, apreendendo a rede de mediações que o configuram, abstraindo do empírico o seu movimento e o seu desenvolvimento interno no plano reflexivo, e, por aproximações sucessivas regressa ao seu movimento, com uma perspectiva analítico-operativa que ultrapasse a ação imediatista da demanda do usuário e da instituição.

A intervenção do assistente social diante da demanda que lhe é apresentada deve estar embasada no conhecimento da dinâmica do modo de produção capitalista, as metamorfoses pelas quais passa ao longo do seu desenvolvimento para a obtenção do seu único objetivo, o aumento da extração de mais-valia, mudando a forma, mas permanecendo a sua essência, e igual mudança do papel do Estado para garantir a efetividade deste movimento, como também da centralidade da categoria trabalho na constituição do ser social, e a forma como ele está sendo desenvolvido na atualidade, um trabalho alienado, e que conformam um certo modo de ser do ser social em sociedade, que está fundamentado em um processo de relação social alienado, que na contemporaneidade tem um caráter reificado.

O assistente social no seu cotidiano de trabalho ao fazer uso do método histórico dialético para a análise da realidade que se apresenta nas demandas trazidas pelos usuários, e que nada mais são que a materialização da “questão social” na particularidade de cada um, juntamente com todo o arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que a profissão possui, poderá compreender a totalidade do fenômeno social, as mediações que dinamizam esta totalidade e elaborar uma intervenção que esteja voltada para a emancipação dos sujeitos.

O cotidiano de trabalho da Equipe Volante CRAS-Distritos é marcado por ações pontuais e imediatistas devido a vários motivos, desde a falta de capacitação dos profissionais às deliberações da prefeitura, que têm restringido cada vez mais o acesso das famílias aos programas e benefícios ofertados pela política municipal de assistência social, política esta que vem sendo elaborada segundo as determinações da política neoliberal.

Os programas e serviços desenvolvidos na Proteção Social Básica, como o PAIF, e os grupos de convivência e fortalecimento de vínculos, que visam a promoção social e prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, podem auxiliar a equipe de referência do CRAS-Distritos para o reconhecimento do seu território de abrangência e trabalhar a relação proteção\desproteção social das famílias referenciadas, auxiliando as famílias a identificarem que as questões particulares de cada uma têm alguma relação entre si e juntas estão diretamente ligadas ao sistema econômico vigente e à opção dos governos em adotar medidas que garantem a produção e reprodução desse sistema, contribuindo para a formação de uma conscientização crítica dos sujeitos e o fortalecimento do coletivo.

Assim, o uso da teoria do cotidiano para subsidiar a intervenção dos profissionais no desenvolvimento dos serviços socioassistenciais ofertados pela política de assistência social do município os auxiliará no reconhecimento da realidade socioterritorial das famílias acompanhadas e identificar as correlações de forças presentes no cotidiano tanto das famílias quanto institucional, operacionalizando a dialética realidade-possibilidade, e direcionar a sua prática, no plano do concreto pensado, para o fortalecimento do coletivo, uma vez que os serviços e benefícios ofertados na Proteção Social Básica ao serem elaborados de acordo com as idéias da Política Neoliberal não buscam promover a emancipação social e humana dos sujeitos.

Referencia bibliográfica:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH\ Suas). Brasília: MDS, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Fundação Oswaldo Cruz. Curso de introdução à atualização sobre especificidade e interfaces da proteção social básica no SUAS. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

COUTO, Berenice Roja, Maria Carmelita Yazbek, Raquel Raichelis. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Roja. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento** \ Berenice Roja Couto, Maria Carmelita Yazbek, Maria Ozanira Silva e Silva, Raquel Raichelis. – São Paulo: Cortez, 2010.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 4. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada, à Distância, 2000.

NETTO, José Paulo, **Capitalismo e reificação**. José Paulo Netto: ICP, 2015.

NETTO, José Paulo, **Economia política: uma introdução crítica** \ José Paulo Netto e Marcelo Braz. – São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. Para a Crítica da Vida Cotidiana. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**\ Maria do Carmo Brant de Carvalho, José Paulo Netto. – 5. Ed. – São Paulo, Cortez, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Os programas de transferência de renda: inserção no contexto do Sistema Brasileiro de Proteção Social. In: SILVA, Maria

Ozanira da Silva e. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** \ Maria Ozanira da Silva e Silva, Maria Carmelita Yasbek, Geraldo di Giovanni. – 6. ed ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2012.

CARRARA, Virgínia Alves, Patrícia Miranda Carvalho, Simone Rocha da Rocha Pires Monteiro. **Assistência Social e Serviço Social** Um debate necessário no atual cenário do social-liberalismo. www.cress-mg.org.br/ASSISTENCIA%20E20%SOCIA... 27/12/2017

SILVA, Jeane Andreia Ferraz, **Serviço Social e Sistema Único de Assistência Social (SUAS):** reflexões sobre o trabalho profissional. www.scribd.com/document/144779273/7443-23900-1-PB. 27/12/2017